



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8039 /2025

FOLHA nº 019.

**INEXIGIBILIDADE DE
CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI
13.019/2014**

Nº 8034/2025-PMB


OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AUTUAÇÃO

Nesta data, autuei o presente processo na Comissão Permanente de Seleção.

Em 29 de outubro de 2025.


JOYCE FERREIRA PARPINELLI
Comissão de Seleção



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Juridica

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.974/2025

JAEISON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a **COMISSÃO DE SELEÇÃO**, a que se refere o art. 2º da Lei nº 13.019/2014, de 31/07/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, de 14/12/2015, integrada pelos funcionários **JOYCE FERREIRA PARPINELLI, FRANCIANNE KARLLA ASSOLARI DA SILVA, DIEGO HENRIQUE TOZETTI, ROSICLEIDE INFORZATO, FERNANDA DO CARMO DA SILVEIRA e EDERSON MENDES VILELA**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,

Estado do Paraná, em 10 de janeiro de 2025.

Jaelson Ramalho Matta

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Rua Frei Rafael Pronner., 1457 - Centro - Bandeirantes
CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48 Telefone: (43) 3542-4525
E-mail: rh@bandeirantes.pr.gov.br Site:

Solicitação de Compra Nº 504/2025

Solicitante:	ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI	Data da Solicitação:	04/11/2025
Organograma:	0900000000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES		
Local de Entrega:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA		
Objeto:	REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOCAN DECORRENTE DE EMENDA IMPOSITVA DOS VEREADORES, EXERCÍCIO 2025		
Justificativa:	EM ANEXO		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:


Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Tot. Estimado
1	22041026-1	1,00	SRV	REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN, DECORRENTE DE EMENDA IMPOSTIVA DOS VEREADORES 2025	19.936,0000	19.936,0000

Preço Total: 19.936,0000

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto
261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMILIA - EMENDA IMPOSITIVA	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000	19.936,0000

Bandeirantes, 04 de Novembro de 2025.


Rosiane Cristina Vieira Neia Storti
Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família
Portaria 14.859/2025

Assinatura do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

MEMORANDO Nº 829/2025-SEC.GOV. Bandeirantes, PR, 07 de outubro de 2025

ASSUNTO: Plano de Trabalho Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan;

Prezado (a) Senhor (a):

Encaminha-se, anexo, para análise documentação referente ao protocolo nº 5749/2025, visando a apresentação de Plano de Trabalho por parte da Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan de forma a viabilizar o recebimento de emenda impositiva.

Sem mais, renovo meus protestos com elevada estima e distinta consideração me colocando à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal

Exmo (a). Sr (a)
PATRÍCIA DE OLIVEIRA PEDROSO
D.D. Secretária de Planejamento
Bandeirantes, PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



MEMORANDO Nº 829/2025-SEC.GOV. Bandeirantes, 07 de outubro de 2025.

ASSUNTO: Plano de Trabalho / Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan.

Prezado (a) Senhor (a),

Encaminha-se anexo para análise documental referente ao protocolo nº 3749/2025, visando a apresentação do Plano de Trabalho por parte da Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan de forma a viabilizar o recebimento de crianças impositiva

Sem mais, renovo meus protestos com elevada estima e distinta consideração me colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

JACILSON KIMATO MATA
Prefeito Municipal

Exmo (a) Sr (a)
PATRICIA DE OLIVEIRA PEDROSO
D.D. Secretária de Planejamento
Bandeirantes, PR

Recebido
03/11/25
15:41



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
POLÍTICAS PARA MULHERES

Ofício nº 585/2025


Bandeirantes, 04 de novembro de 2025

Prezada Senhora:

Venho por meio deste, solicitar de Vossa Excelência autorização para a realização de processo, visando REPASSE FINANCEIRO A **Associação Bandeirantense Karate Shotocan**, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA VINCULADA, em um valor total de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais), conforme Plano de Trabalho que segue em anexo, para utilização no exercício de 2025.

Valho-me da oportunidade para reiterar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente


Rosiane Cristina Vieira Nêia Storti
Secretária de Assistência Social
Portaria 14.859/2025

Rosiane Cristina Vieira Nêia Storti
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres

Ilma Sra.
Claudia Janz
Secretária Municipal de Administração
Prefeitura de Bandeirantes - PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
POLÍTICAS PARA MULHERES

JUSTIFICATIVA

Justificamos nossa solicitação de realização de processo licitatório, visando o repasse financeiro a **Associação Bandeirantense Karate Shotocan**, que resultará em melhorias na execução dos serviços que a entidade executa, conforme abaixo:

A ABKS atende crianças, adolescentes e adultos em atividades esportivas e culturais, promovendo o desenvolvimento físico, social e educacional por meio da prática do Karatê.

A prática desta atividade traz benefícios físicos, mentais e sociais, como o desenvolvimento da coordenação motora, disciplina, respeito e autoconfiança. A prática melhora o condicionamento físico, a postura, a concentração e o controle emocional. Além disso, estimula a socialização e a resiliência.

Benefícios mentais e emocionais

- Disciplina: Ensina a importância de seguir regras, ter foco e autocontrole.
- Autoconfiança: Ajuda a aumentar a autoestima e a coragem ao superar desafios e aprender técnicas de defesa pessoal.
- Concentração: Desenvolve a capacidade de concentração e o pensamento claro.
- Controle emocional: Promove o autocontrole emocional, ensinando a gerenciar frustrações e ansiedade.
- Resiliência: Ensina a ter paciência, perseverança e a lidar com as derrotas de forma construtiva.

Considerando a relevância da atividade proposta, compreende-se que o objeto proposto, qual seja, a parceria entre a Organização da Sociedade Civil e a administração Pública, caracteriza reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204.

Desta forma, foi contemplada com emenda e necessita do repasse, pela Prefeitura. Sendo assim, há a necessidade de abertura de processo para atender realização repasse para a entidade acima mencionada, conforme a Lei 13.019/2014.

Diante dos argumentos acima, entendemos estar justificada e necessidade da presente licitação.

Atenciosamente


Rosiane Cristina Vieira Neia Storti
Secretária de Assistência Social
Portaria 14.843/2025

Rosiane Cristina Vieira Neia Storti

Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
POLÍCIA PARA MULHERES

JUSTIFICATIVA

Justificamos nossa solicitação de realização do processo licitatório, visando o suprimento financeiro a Associação Beneficente Karina Philomena, que realiza em melhoria na execução dos serviços que a entidade presta, conforme abaixo:

A ABKS atende crianças, adolescentes e adultos em atividades esportivas e culturais, promovendo o desenvolvimento físico, social e educacional por meio da prática do Karatê.

A prática destas atividades traz benefícios físicos, mentais e sociais, como o desenvolvimento da coordenação motora, disciplina, respeito e autoconfiança. A prática melhora o condicionamento físico, a postura e concentração e o controle emocional. Além disso, estimula a socialização e a resistência.

Benefícios mentais e emocionais

- Disciplina: Ensina a importância de seguir regras, ter foco e autocontrole.
- Autoconfiança: Ajuda a aumentar a autoestima e a coragem ao superar desafios e aprender técnicas de defesa pessoal.
- Concentração: Desenvolve a capacidade de concentração e o pensamento claro.
- Controle emocional: Promove o autocontrole emocional, evitando a ganância, frustrações e ansiedade.
- Resiliência: Ensina a lidar com as derrotas, perseverar e a lidar com as dificuldades de forma construtiva.

Considerando a relevância da atividade proposta, compreende-se que o objeto proposto, qual seja, a prestação de serviços de assistência social e administrativa pública, caracteriza necessidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da pessoa prevista na Lei nº 13.018/2014, alterada pela Lei nº 13.204.

Esta forma foi contemplada com emenda e necessária do processo, pois Prefeitura. Sendo assim, há a necessidade de abertura de processo para atender realização repasse para a entidade acima mencionada, conforme a Lei 13.018/2014.

Diante dos argumentos acima, entendemos esta justificativa e necessidade de presente licitação.

Atenciosamente

Rosiane Chelini Vieira Silva

Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Comprovante Bandeirantes

Parâmetros: Numero_processo: 000005749/2025

071.
Página: 1 / 1
Data: 03/10/2025

Número do 000005749/2025

Assunto: plano de trabalho - convenio

Requerente: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN -

CPF/CNPJ do requerente: 53592589000120

Local de protocolização: 002006000 - Protocolo

Data de protocolização: 03/10/2025 às 16:44:12

Observação: A/C GABINETE
DOCUMENTAÇÃO E PLANO DE TRABALHO
EMENDA IMPOSITIVA

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES

PARECER TÉCNICO Nº 34/2025

Órgão Técnico: Secretaria de Assistência Social e Políticas para Mulheres

Referência: Processo Administrativo /2025

**Objeto: Análise de Plano de Trabalho – Inexigibilidade de Licitação –
Recurso Emenda Impositiva dos Vereadores exercício de 2025 (Entidade
Associação Bandeirantense Karate Shotocan) – R\$ 19.936,00**

APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no art. 35, inciso V da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para fins de análise técnica acerca da manifestação de interesse da Organização da Sociedade Civil **Associação Bandeirantense Karate Shotocan**, para celebração de Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco com transferência de recursos financeiros, oriundos de Emenda Impositiva dos Vereadores exercício de 2025, no valor de R\$ 19.936,00.

O Plano de Trabalho da entidade visa adquirir materiais de consumo esportivos, como kimonos, luvas e acessórios utilizados nas aulas de karate, bem como um refrigerador.

Do mérito da Proposta

Considerando o objeto proposto tratar-se de atendimento a crianças, adolescentes e adultos em atividades esportivas e culturais, promovendo o desenvolvimento físico, social e educacional por meio da prática do Karatê.

Neste caso, entende-se que a modalidade de parceria adotada deverá ser o Termo de Colaboração, “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, Art. 2º, VII)”.

O Plano de Trabalho apresentado pela entidade foi analisado pela equipe técnica do Órgão Gestor, e atende ao princípio da supremacia do interesse público, estando contido nas diretrizes das atividades de interesse social, que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por Organizações da Sociedade Civil organizada, podendo ser considerado aprovado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES

Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei

A ABKS atende crianças, adolescentes e adultos em atividades esportivas e culturais, promovendo o desenvolvimento físico, social e educacional por meio da prática do Karatê.

A prática desta atividade traz benefícios físicos, mentais e sociais, como o desenvolvimento da coordenação motora, disciplina, respeito e autoconfiança. A prática melhora o condicionamento físico, a postura, a concentração e o controle emocional. Além disso, estimula a socialização e a resiliência.

Benefícios mentais e emocionais

- Disciplina: Ensina a importância de seguir regras, ter foco e autocontrole.
- Autoconfiança: Ajuda a aumentar a autoestima e a coragem ao superar desafios e aprender técnicas de defesa pessoal.
- Concentração: Desenvolve a capacidade de concentração e o pensamento claro.
- Controle emocional: Promove o autocontrole emocional, ensinando a gerenciar frustrações e ansiedade.
- Resiliência: Ensina a ter paciência, perseverança e a lidar com as derrotas de forma construtiva.

Considerando a relevância da atividade proposta, compreende-se que o objeto proposto, qual seja, a parceria entre a Organização da Sociedade Civil e a administração Pública, caracteriza reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204.

Da viabilidade de sua execução

O Plano de Trabalho vai ao encontro do objeto da parceria, e em análise da documentação apresentada pelo proponente, observou-se a compatibilidade no que se refere a:

- Descrição da realidade, fazendo nexos entre ela e as atividades e metas a serem atingidas;
- Descrição de metas a serem atingidas com a aquisição e aplicação dos recursos;
- Forma de execução das atividades e das metas a serem atingidas;
- Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- Previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução dos objetivos.

Portanto, demonstrou-se a viabilidade para execução da proposta apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES

Da verificação do cronograma de desembolso

Em análise do Cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, consta que será realizado em parcela única, para execução do objeto até Fevereiro/2026, a contar da data do recebimento.

Portanto, houve coerência e foi observada compatibilidade entre os valores das metas para o período de até fevereiro/2026.

Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos

A fiscalização e monitoramento da execução da parceria será realizada pelo Gestor da Parceria, semestralmente

Os meios disponíveis a serem utilizados serão:

- visitas in loco, pelo fiscal técnico e pelo Gestor da Parceria
- análise de Relatório de Atividade, composto de imagens das ações realizadas
- assessoria técnica por telefone, e-mail ou WhatsApp

Da designação do gestor da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 o gestor da parceria é o agente público responsável pela gestão de parceria, com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através da Portaria 14.159/2023.

Fica designada como Gestora da Parceria, Rosiane Cristina Vieira Néia Storti, secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

Fica designada como Fiscal das parcerias a psicóloga Flávia Aline Ferraz, através da Portaria nº 1.723/2023 de 20 de fevereiro de 2024.

Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, XI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 a Comissão de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento e deve ser constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através do Decreto nº 3.678/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES

No que se refere aos documentos que comprovam o atendimento aos requisitos para celebração do Termo de Colaboração, em conformidade com os Art. 34 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou:

- Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;
- Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;
- Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;
- Comprovante de funcionamento no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

No que se refere ao atendimento às situações de impedimento previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou declaração firmada por seu representante legal de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento.

CONCLUSÃO

Considerando os documentos apresentados, mediante análise, conclui-se pela possibilidade de celebração da parceria entre Associação Bandeirantense Karate Shotocan e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Concluimos que a execução da proposta é viável, os valores estão compatíveis com ao de mercado e o cronograma previsto é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, o **parecer técnico é favorável** a formalização da parceria.

Bandeirantes, 04 de Novembro de 2025.


Rosiane Cristina Vieira Neia Storti
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres
Portaria 14.639/2025


Flávia Aline Ferraz
Psicóloga – Órgão Gestor



As que se refere aos documentos que compoem o procedimento de
regulamentação da Lei nº 13.042/2014, em conformidade com
as Art. 3º da Lei nº 13.042/2014 e a Lei nº 13.042/2014, a proposta
de regulamentação.

- Cópia do regulamento fiscal, previdenciário, tributário de contribuição de
divida ativa e trabalhista;
- Cópia do estatuto registrado e eventual alteração;
- Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal
atualizada dos dirigentes da entidade, conforme existia, com endereço,
telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da
carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas -
CPF de cada um deles;
- Compromisso de funcionamento no endereço habitual da entidade por
meio de cópia do documento hábil, a exemplo de carta de concessão ou
contrato de locação;

As que se refere ao atendimento de exigências de documentação previstas no
Art. 3º da Lei nº 13.042/2014 e a Lei nº 13.042/2014, a proposta
de regulamentação deverá ser apresentada para a Lei nº 13.042/2014, a proposta
em nenhuma das situações de impedimento.

CONCLUSÃO

Considerando os documentos apresentados mediante análise concluiu-se
pela possibilidade de celebração da parceria entre Associação Beneficente
Kaiser-Globos e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes.
Conclui-se que a execução da proposta é viável, os valores estão
compatíveis com o de mercado e o cronograma previsto é oportuno e permite uma
realização local. Sendo assim, a proposta técnica é favorável e justificável de
parceria.

Bandeirantes, 04 de Novembro de 2020.

Prossiga Carolina Vieira Nogueira
Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres

Prossiga Carolina Nogueira
Prossiga - Órgão Gestor



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS
PARA MULHERES

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER TÉCNICO:

O Prefeito Municipal de Bandeirantes/PR, RESOLVE:

- (X) HOMOLOGAR O PARECER TÉCNICO
() NÃO HOMOLOGA O PARECER TÉCNICO

Guaratta

Assinatura

* Emenda Impositiva Shatokan



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.723/2.024

JAELSON RAMALHO MATTÁ, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a servidora Flavia Aline Ferraz, como Fiscal de Convênio, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação dos convênios da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família.

Art. 2º - Revogam-se a disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 20 de fevereiro de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Juridica

Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3.678/2024

SUMÚLA: Altera o artigo 3º dado pelo Decreto nº 3.500 de 27 de janeiro de 2023.

JAELSON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º do Decreto nº 3.500 de 27 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista na Lei nº 13.019/2014 e alterações será composta por:

- I - Flavia Ferraz Biaggi - Presidente;
- II - Andrea Regina dos Santos - Membro;
- III - Cirlei Socorro Justo dos Santos - Membro;

Suplentes:

- I - Valdeli Gomes Affonso;
- II - Renata Gomes Chaves; e
- III - Fernanda do Carmo da Silveira.

Art. 2º - Mantém as demais disposições.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de abril de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

151.

PLANO DE TRABALHO

1 – Dados Cadastrais da Entidade

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN		
C.N.P.J/M.F: 53.592.589/0001-20		
Endereço: Rua Claudio dos Santos 50 Jardim Paraíso		
C.E.P: 86.362-515	Município: BANDEIRANTES	Estado: PARANÁ
Telefone: (43) 99101-9556	E-mail: abksassossiacao@outlook.com	
Código Banco:	Nº da Agência:	Nº Conta Corrente
Representante Legal: Edson Bianco Cândido		
RG: 4.012.484-5	Órgão Expedidor: SESP/PR	CPF: 523.471.929-49
Endereço: Rua Alcides Calefi, 62 – Vila Santa Terezinha – Cornélio Procópio - PR		
Telefone: 43 99975-7323	E-mail: bianosedson07@gmail.com	
Título do Projeto: “Equipar para Crescer: Karatê Shotokan em Bandeirantes”		
Responsável Técnico: Edson Bianco Candido		
RG: 4.012.484-5	Órgão Expedidor: SESP/PR	CPF: 523.471.929-49

2– Descrição do Objeto:

A ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATE SHOTOKAN – ABKS, entidade sem fins lucrativos, visa com este projeto a aquisição de equipamentos e materiais esportivos necessários ao desenvolvimento das atividades de treinamento, apoio técnico e manutenção estrutural da associação. A aquisição contemplará um refrigerador 2 portas de 375 litros para suporte à alimentação e hidratação dos atletas, além de materiais esportivos específicos (kimonos, aparadores de chute, saco de pancada, protetores de tórax, luvas de competição e protetores bucais), indispensáveis para a prática segura e qualificada do karatê.



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

3 – JUSTIFICATIVAS E METAS:

Justificativa do Projeto:

A ABKS atende crianças, adolescentes e adultos em atividades esportivas e culturais, promovendo o desenvolvimento físico, social e educacional por meio da prática do Karatê. Para assegurar a qualidade das aulas e a preservação da saúde dos praticantes, é fundamental a aquisição de equipamentos adequados que possibilitem treinamentos mais completos e seguros. O refrigerador contribuirá para armazenamento de água, frutas e alimentos durante treinos, eventos e competições, garantindo o bem-estar dos atletas. Já os materiais esportivos serão utilizados em aulas, exames de graduação e competições, promovendo um ambiente mais estruturado, seguro e motivador.

Metas previstas:

- Garantir a melhoria da infraestrutura da associação.
- Ampliar a segurança e a qualidade nos treinos.
- Fornecer equipamentos adequados para o desenvolvimento técnico dos praticantes.
- Fortalecer a participação da ABKS em atividades esportivas locais e regionais.

4 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

O objeto do presente projeto é a aquisição de bens permanentes e de consumo esportivo, sendo:

- 01 Refrigerador 2 portas de 375 litros;
- 29 Kimonos Start Infantil (acompanha faixa branca);
- 29 Kimonos Start Adulto;
- 02 Aparadores de chute;
- 01 Saco de pancada;
- 15 Protetores de tórax;
- 15 Pares de luvas de competição;
- 30 Protetores bucais.



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

177.

5 – INDICADORES E PRODUTO ESPERADO:

Indicadores:

Indicadores:

- Número de atletas atendidos com uso dos novos equipamentos.
- Redução de acidentes e lesões durante os treinos.
- Maior conservação de alimentos e hidratação dos atletas em treinos e eventos

Produto esperado:

- Ambiente de treino mais seguro e estruturado.
- Atletas com maior rendimento e motivação.
- Apoio às atividades esportivas, culturais e sociais da associação.

6- CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO (FASES/ETAPAS):

Descrição	Início	Término	Valor Previsto
Aquisição de Equipamentos:	Nov/2025	28/02/2026	
- Refrigerador			R\$ 2.999,00
Material de Consumo:	Nov/2025	28/02/2026	
- Kimonos Start Infantil			R\$ 4.988,00
- Kimonos Start Adulto			R\$ 6.090,00
- Aparadores de chuteira			R\$ 630,00
- Saco de Pancada			R\$ 459,00
- Protetores de Tórax			R\$ 2.385,00
- Luvas de Competição			R\$ 1.425,00
- Protetores bucais			R\$ 960,00
TOTAL			<u>R\$ 19.936,00</u>

7- PLANO DE APLICAÇÃO:



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com


CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	29	Kimonos Start Infantil (acompanha faixa branca)	R\$ 172,00	R\$ 4.988,00
2	29	Kimonos Start Adulto;	R\$ 210,00	R\$ 6.090,00
3	2	Aparadores de chute par	R\$ 315,00	R\$ 630,00
4	1	Saco de pancada 120cm	R\$ 459,00	R\$ 459,00
5	15	Protetores de tórax	R\$ 159,00	R\$ 2.385,00
6	15	Luvas de competição	R\$ 95,00	R\$ 1.425,00
7	30	Protetores bucais	R\$ 32,00	R\$ 960,00
8	1	Refrigerador 2 portas de 375 litros	R\$ 2.999,00	R\$ 2.999,00
TOTAL				R\$ 19.936,00

8 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREVISTO:

Novembro/2025 a Fevereiro/2026	Valor
Aquisição de Equipamentos.	R\$ 2.999,00
Material de Consumo.	<u>R\$ 16.937,00</u>
TOTAL	<u>R\$ 19.936,00</u>

Bandeirantes, 28 de outubro de 2025.


ASSOCIAÇÃO ABKS
Edson Bianco Candido
Presidente

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN - ABKS

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, FUNDAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

ART. 1º - A ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, também designada pela sigla ABKS, pessoa jurídica de direito privado, de caráter organizacional, assistencial, desportiva, social, educacional, cultural e recreativa, sem fins lucrativos, políticos ou partidários, com prazo de duração indeterminado, tendo sua sede na Rua Claudio do Santos, 50 – Jardim Paraíso, município de Bandeirantes/PR, CEP 86.360-000, com patrimônio e personalidade distintos dos de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

Parágrafo Primeiro – A entidade não distribui entre os seus fundadores ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Parágrafo Segundo – A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno, pelo Regulamento de Eleições e pela legislação que lhe for aplicável.

ART. 2º – As finalidades da Associação consistem em:

- I. Promover a interação entre os Associados e seus dependentes, visando o desenvolvimento e aprimoramento educacional, cultural, esportivo e recreativo dos mesmos;
- II. Manter a cooperação, harmonia e integração entre os Associados e dependentes, estimulando o seu espírito associativo e sua valorização;
- III. Manter intercâmbio cultural, recreativo e esportivo com outras entidades similares, no Brasil e Exterior, objetivando o aperfeiçoamento das atividades em comum;
- IV. Organizar eventos recreativos, esportivos e culturais, visando a interação dos Associados e dependentes;
- V. Buscar convênios, parcerias e outros benefícios que contribuam para o bem estar dos Associados e dependentes.

Parágrafo Único – Os serviços sociais e educacionais que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

ART. 3º – Para atingir suas finalidades, a Associação poderá:

- I. Contratar terceiros para executar os serviços necessários à realização de qualquer atividade estatutária da Associação;
- II. Firmar contratos, convênios, termos de parceria, termos de cooperação e articular de forma conveniente com empresas, órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras;



[Handwritten signatures and marks]

201.

III. Promover eventos culturais recreativos ou com finalidade de angariar apoio social para as comunidades em situação de risco social;

IV. Outras que, estando em conformidade com a legislação e o presente Estatuto, concorrerem para a Associação atingir a sua finalidade

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

ART. 4º - O quadro de associados será composto da seguinte forma:

- I. Ativos;
- II. Honorários;
- III. Fundadores.

ART. 5º - Serão admitidos nas categorias:

- I. Ativos: Os que participam ativamente das atividades oferecidas bem como representam a instituição nos eventos;
- II. Honorários: Os que tenham prestado relevantes serviços à entidade, ficando a escolha a critério da Assembleia Geral, por proposta da diretoria;
- III. Fundadores: Os que assinam a ata de fundação, da qual faz parte integrante seu primeiro estatuto;

Parágrafo Único – Para fazer parte da Diretoria é condição essencial pertencer ao quadro de associados há mais de seis (06) meses, salvo na condição de Fundador;

ART. 6º - Para admissão de qualquer associado, é necessário apresentar requerimento a Diretoria, assinado pelo proponente.

§ 1º Os requerimentos, serão encaminhados a uma comissão de sindicância e só serão aprovados, se o parecer for favorável. No caso de recusa, a Diretoria não é obrigada a Justificar o motivo.

ART. 7º - São DIREITOS dos associados, desde que em dia com seus deveres e não esteja cumprindo qualquer penalidade:

- I. Participar das Assembleias Gerais, e exercer os seus direitos de associado, na conformidade deste Estatuto, e demais diplomas legais da Associação;
- II. Promover a convocação dos órgãos deliberativos, na forma deste Estatuto, mediante a comprovada manifestação de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos;
- III. Votar e serem votados, não sendo permitido o voto por procuração;
- IV. Tomar parte nas assembleias gerais;



Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.

- V. Propor a admissão de novos associados
- VI. Participar de atividades organizadas ou patrocinadas pela Associação, realizadas na Associação ou fora dela, observados os regulamentos específicos;
- VII. Manifestar-se por escrito, junto ao Conselho Deliberativo, contra atos ou ações que, praticados pelo Conselho Diretor, por associados, dependentes ou empregados, sejam reputados contrários aos direitos dos associados, aos princípios de dignidade ou aos fins da Associação;
- VIII. Convidar pessoas, para visitar as dependências da Associação, conforme estabelecido pelo Regimento Interno;
- IX. Pedir demissão ou a licença temporária do quadro associativo com dispensa ou abatimento do pagamento de contribuições, por ausência prolongada ou motivo justificado, a Juízo do Conselho Diretor;
- X. Recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Deliberativo, de penalidade impostas pelo Conselho da Diretoria;
- XI. Apresentar, por escrito, dirigidos aos Poderes competentes, sugestões e propostas que julgue do interesse da Associação;
- XII. Assistir às reuniões dos Conselhos da Associação.

ART. 8º - São deveres dos associados:

- I. Cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições contidas neste estatuto e Regimento Interno, acatando também as decisões das Assembleias Gerais;
- II. Conservar e Defender o patrimônio e os interesses da Associação, e influir no sentido de que os outros também o façam;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Contribuir pontualmente com as contribuições associativas;
- V. Indenizar a Associação pelos danos, devidamente apurados, que cause ou que dependentes e convidados causarem;
- VI. Tratar a todos com respeito e urbanidade, manter conduta moral irrepreensível e portar-se com dignidade nas dependências da Associação;
- VII. Prestar auxílio à Diretoria, sempre que for solicitado;
- VIII. Promover por todos os meios ao seu alcance, a prosperidade da associação;
- IX. Acatar as decisões dos Conselhos Deliberativo e Diretor, bem como de seus membros ou representantes e dos empregados da Associação, no exercício de suas funções estatutárias e regulamentares.
- X. Comparecer as Assembleias Gerais;



[Handwritten signature]

XI. O associado que pretender se retirar da Associação deverá comunicar a sua decisão à diretoria, por escrito, antes de iniciar novo mês.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 9º - A Assembleia Geral será constituída de associados civilmente capazes, quites com os cofres sociais e em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ART. 10º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente a cada ano, para:

- I. Aprovar o relatório do conselho fiscal sobre as contas da Diretoria;
- II. Decidir sobre reformas do estatuto;
- III. Aprovar o regimento interno e as ordens normativas de sua competência.

ART. 11º - Outras Assembleias gerais serão designadas extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente da Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal, ou ainda, por um quinto (1/5) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo Único – Não há data prevista para a realização de uma assembleia Geral Extraordinária, mas ela só será convocada por motivo imperioso para solução de impasses ou acolher denúncias, nos casos em que a Diretoria não puder resolver. Essa convocação será feita com antecedência de quinze (15) dias, através de editais afixados na sede da instituição, ou divulgados através de correspondência direta, fazendo constar à pauta e dela não podendo afastar-se do assunto.

ART. 12º - A direção dos trabalhos da assembleia Geral ou da assembleia Geral Extraordinária caberá ao Presidente da Diretoria, o mesmo também terá em caso de empate o voto de desempate. Caso o Presidente da Diretoria não compareça, o mesmo será substituído pelo Vice-Presidente da Diretoria. Caso o presidente e o vice-presidente não compareçam, a reunião será presidida pelo Secretário da Diretoria.

Parágrafo Único - A assembleia Geral deliberará, em primeira convocação. Com a presença total dos sócios ou, meia hora depois, em Segunda convocação, com qualquer número.

ART. 13º – A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

ART. 14º - As decisões da assembleia Geral serão tomadas pelo sistema de voto secreto ou por aclamação, sendo proibida a outorga de procuração para votar. O número total de votos será igual ao número de sócios presentes na assembleia Geral.

ART. 15º - Decidir sobre valores de taxas será atribuição originariamente da Diretoria, podendo ser revogado pela assembleia Geral caso discordem dos valores.

ART. 16º - A entidade poderá ser extinta mediante a assembleia Geral especialmente convocada para este fim, por motivos de dificuldades insuperável, mediante a aprovação de no mínimo dois terços (2/3) dos associados.



[Handwritten signature and scribbles]

§ 1º - Caso aprovada a extinção, será convocada uma assembleia Geral para formação de comissão de liquidação que apurará os ativos e os passivos de entidade.

§ 2º - Dissolvida definitivamente a entidade, se houver saldo líquido do seu patrimônio, este será destinado à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

ART. 17º - O Estatuto poderá ser reformado sempre que necessário desde que aprovada as suas alterações pela assembleia Geral.

CAPITULO IV DAS ELEIÇÕES

ART. 18º - As eleições para os cargos eletivos da Associação serão feitas a cada 4 (quatro) anos, por meio de chapas devidamente registradas na Secretaria da Associação, por intermédio do Conselho Diretor, com antecedência mínima de dez (10) dias.

§ 1º - De cada chapa constará um número de candidatos correspondentes aos membros titulares e respectivos suplentes.

§ 2º - As chapas para os cargos eletivos serão numeradas cronologicamente pela Diretoria à medida que forem feitas as inscrições.

ART. 19º - Aos cargos eletivos poderão se candidatar quaisquer associados da Associação, desde que satisfaçam as condições estabelecidas para elegibilidade no presente Estatuto.

§ 1º - Cada sócio somente poderá candidatar-se a um cargo eletivo.

§ 2º - Em caso de dois sócios serem eleitos para um só cargo, pela mesma quantidade de votos, será empossado o que tiver mais tempo de Associação.

ART. 20º - Os atos concernentes à convocação, reunião, abertura dos trabalhos, indicação de escrutinadores e fiscais; os processos de eleição, votação, apuração de votos e lavratura da ata; a posse do Presidente, Vice-Presidente e Secretário, o encerramento da sessão, competências e atribuições do Presidente e do Vice - Presidente dos Conselhos Deliberativo, Diretoria e Fiscal e os demais assuntos correlatos, que não tenham sido expressamente regulados neste Estatuto, serão regulamentados através do Regulamento de Eleições, cuja elaboração e aprovação fica sob a competência do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO V DA DIRETORIA

ART. 21º - A diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro e conselho fiscal.

§ 1º - O mandato da diretoria será de quatro (04) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva;

§ 2º - Não poderão ser eleitos ou exercer cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.



[Assinatura manuscrita]

§ 3º - Os membros da diretoria poderão ser destituídos de suas funções, por justa causa, e nos casos das funções eletivas deverá sua destituição ser aprovada por maioria simples da assembleia Geral.

ART. 22º - Compete a Diretoria:

- I. Elaborar e submeter à assembleia Geral a proposta de programação anual da associação;
- II. Executar a programação anual de atividades da associação;
- III. Elaborar e apresentar a assembleia Geral o relatório anual;
- IV. Reunir-se com instituições públicas aprovadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar e demitir funcionários;
- VI. Regulamentar as Ordens Normativas da assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição.

ART. 23º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a entidade judicial ou extrajudicialmente;
- II. Convocar Assembléia Geral.
- III. Recomendar reuniões e parecer do Conselho Fiscal, sempre que se fizer necessário;
- IV. Presidir as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria e fazer cumprir suas decisões;
- V. Assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques e demais documentos que impliquem em operações financeiras;
- VI. Superintender, fiscalizar e intervir em qualquer setor da Associação, para resguardo dos interesses superiores do quadro de associados;
- VII. Executar atos administrativos;
- VIII. Administrar a Associação com obediência ao presente estatuto;
- IX. Estabelecer vigilância permanente quanto ao cumprimento fiel das leis sociais e trabalhistas, dos pagamentos de impostos, taxas e serviços públicos, etc.;
- X. Aplicar as penalidades previstas no Estatuto e Regimento Interno.



ART. 24º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

[Handwritten signature]

III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao presidente;

ART. 25º – Compete ao Primeiro Secretário:

- I. Dirigir o expediente da secretaria e executar as determinações do Presidente;
- II. Lavrar e subscrever todas as atas;
- III. Assinar e expedir identificações sociais.
- IV. Fazer a correspondência do Conselho e da Assembleia;

ART. 26º – Compete ao Segundo Secretário:

- I. Substituir o Primeiro Secretário em sua falta ou impedimento;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino;
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao presidente;

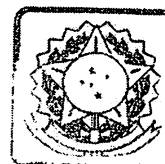
ART. 27º – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia.
- II. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da instituição;
- III. Proceder os pagamentos autorizados pelo presidente.
- IV. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiros e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V. Depositar em nome da entidade, as importâncias arrecadadas, no banco ou nos bancos designados pela diretoria; sendo que sempre com as duas assinaturas para saques;
- VI. Assinar juntamente com o Presidente da Diretoria cheques e outros documentos financeiros.
- VII - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais tributárias, previdenciária e outras dívidas de responsabilidade da associação.

ART. 28º. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I. Substituir o Primeiro Tesoureiro em sua falta ou impedimento;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino;
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao presidente;

ART. 29º – Podem ser criadas novas funções junto à diretoria, ficando suas e competências regulamentadas pelo Regimento Interno.



[Assinaturas manuscritas]

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

ART. 30º - O Conselho Fiscal será composto por três (03) membros, eleitos a cada quatro (04) anos pela assembleia Geral em mandato coincidente com o da diretoria.

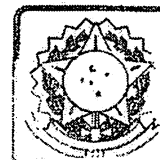
ART. 31º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Reunir-se ordinariamente, semestralmente, e, extraordinariamente, quando necessário, ou quando convocado pelo Conselho Deliberativo;**
- II. Examinar e visar, semestralmente, toda a escrituração social, confrontando-a com os respectivos documentos e analisando a sua veracidade;**
- III. Conferir, julgar e visar, semestralmente, os balancetes, contas e todos os documentos que julgar necessários, apresentando o seu parecer, não ocultando falta alguma, nem omitindo quaisquer considerações aos atos do Conselho Diretor em matéria financeira;**
- IV. Averiguar e orientar se estão sendo devidamente pagos os impostos, contribuições e taxas devidas aos órgãos próprios;**
- V. Examinar se a execução orçamentária está sendo cumprida segundo o programado para o exercício;**
- VI. Fazer sugestões ao Conselho Diretor sobre medidas econômicas e financeiras que julgar conveniente;**
- VII. Apresentar ao Conselho Deliberativo, parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo;**
- VIII. Solicitar reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho Diretor, quando julgar conveniente;**
- IX. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;**
- X. Comunicar ao Conselho Deliberativo qualquer violação de lei ou do Estatuto, sugerindo as providências cabíveis em cada caso;**
- XI. Determinar, quando necessário, a contratação de auditoria especializada para examinar os registros contábeis da Associação;**
- XII. Glosar documentos de receita ou despesa e impugnar prestação de contas mensais ou anuais, com a devida justificação.**

ART. 32º - O Conselho fiscal reunir-se-á:

- I. Ordinariamente – semestralmente.**
- II. Extraordinariamente - sempre que for necessário.**

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo seu Presidente e poderão ser solicitadas pelos Presidentes dos Conselhos Deliberativo ou Diretor, por quaisquer de seus membros ou por metade dos membros do Conselho Deliberativo por escrito.



[Handwritten signature and flourish]

§ 2º - O Conselho Fiscal só poderá funcionar com no mínimo, três (3) membros.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO

ART. 33º - O Patrimônio da entidade será formado pelos bens moveis, imóveis e históricos, estes compostos de troféus, diplomas, medalhas, flâmulas, documentos, dísticos, legendas e locuções e seus respectivos registros, e, ainda pelos valores existentes., valores adquiridos e recebidos, ações e títulos da dívida pública.

§ Único - O patrimônio da Associação terá seu valor atualizado bianalmente, devendo enviar cópia desse laudo aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

ART. 34º - A Associação poderá promover campanhas para o aumento de seus bens patrimoniais, inclusive imóveis com a cooperação de sócios.

ART. 35º - Os bens imóveis somente poderão ser alienados com a prévia e expressa Deliberação da Assembléia Geral, convocada exclusivamente para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades fins da Associação, com aprovação de maioria absoluta dos associados.

ART 36º - A Associação poderá adquirir bens destinados ao exercício de atividade comercial, tomando todas as providências para o exercício de tais atividades, sem, contudo, comprometer os outros bens da entidade.

ART 37º - O movimento financeiro obedecerá rigorosamente a um orçamento anual, elaborado pelo Conselho Diretor e aprovado pelos Conselhos Fiscal.

SEÇÃO I DAS DESPESAS

ART. 38º - Os saldos de "caixa" serão depositados em conta de movimento, em Banco ou instituição financeira garantida pelos poderes oficiais.

ART. 39º - O Regimento Interno estabelecerá o valor máximo que poderá permanecer nos cofres da Associação, destinada às despesas de "pronto pagamento" para atender a casos urgentes, sujeitos a comprovação imediata.

ART 40º - As despesas da Associação deverão ser pagas por cheque nominal, crédito em conta corrente, DOC, TED, PIX e boleto bancário, excetuando-se apenas as de pequeno valor.

SEÇÃO II DAS RECEITAS

ART. 41º - As receitas da Associação constituir-se-ão de:

- I. Mensalidades dos associados e taxas de admissão;
- II. Donativos e subvenções feitos à Associação em dinheiro ou bens;
- III. Fundos adquiridos por outros quaisquer títulos legítimos;



[Assinatura manuscrita]

IV. Subvenção de empresas parceiras, ou de quaisquer entidades funcionando de acordo com as leis do País;

V. Resultados da exploração própria, ou de terceiros, em cantina, lanchonete, bazar e similar, porventura instalados nas dependências da ASSOCIAÇÃO;

VI. Rendas eventuais e taxas diversas;

VII. Outras receitas que contribuam para o alcance das finalidades da Associação.

§ Único - É facultado à Associação a cobrança de taxas em troca de serviços e/ou atividades que exijam a contratação de profissionais habilitados.

CAPÍTULO VIII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ART. 42º - A prestação de contas da instituição observará as seguintes normas:

I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;

II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encaminhamento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento.

IV. A prestação de Contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO

ART. 43º - A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, com a participação mínima de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados efetivos, sendo a aprovação por maioria simples.

§ Único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados a outra entidade assistencial congênere indicada por esta, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante neste município ou municípios vizinhos e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 44º - Os associados não respondem solidariamente ou subsidiariamente, pelas obrigações que a Diretoria contratar em nome da entidade.



[Assinatura manuscrita]

ART. 45º - Os representantes legais das entidades dirigentes terão lugar destacado nos recintos dos eventos e serão recebidos condignamente.

ART. 46º - A associação poderá filiar-se a outra Federação, quando houver autorização da assembleia Geral.

ART. 47º - O mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Conselho Fiscal terminará no dia da posse da nova Diretoria legalmente eleita e empossada.

ART. 48º - Sempre que ocorrer grave violação do Estatuto da Associação, as penalidades aplicadas se darão pela Diretoria cabendo recurso a Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Caso a penalidade aplicada seja a exclusão, será proposta pela diretoria e referendada ou não pela Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, procedendo-se através de votação secreta dos associados em pleno gozo dos seus direitos, e cabendo ao excluído por maioria simples impetrar recurso, solicitando uma nova votação em data instantaneamente marcada.

ART. 49º - As penalidades das quais se tratam o artigo anterior se procederão de acordo com a natureza da infração, tendo justa causa, assegurando-lhe a ampla defesa e o contraditório, seguindo os seguintes meios:

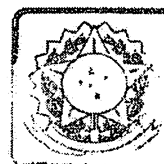
- I. Advertência;
- II. Suspensão;
- III. Demissão;
- IV. Exoneração.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 50º - É expressamente proibido, sob pena de exclusão dos infratores, quaisquer manifestações de caráter político ou religioso, ou que tenha por base questões de nacionalidade ou raça, no recinto da sede social da Associação.

ART. 51º - A Associação pautar-se-á pelos princípios de Responsabilidade Socioambiental, para:

- I. Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
- II. Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das suas práticas administrativas e negociais;
- III. Fundamentar o relacionamento com os associados e empregados na ética e no respeito;
- IV. Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.



[Handwritten signatures and marks]

ART. 52º - O sócio de qualquer categoria, que for ou se tornar empregado da Associação, não poderá exercer cargo ou função, quer diretivo, quer eletivo, em qualquer dos poderes não podendo votar nem ser votado.

§ Único - Aplica-se o dispositivo neste artigo aos membros dos Conselhos Deliberativo, Diretor e Fiscal.

ART. 53º - Nenhum sócio poderá usar ou envolver o nome da Associação, de qualquer forma, em campanha de caráter político-partidário, sob pena de exclusão.

ART. 54º - Em complemento ao presente Estatuto, a Associação manterá regulamentos específicos, aprovados pelo Conselho Deliberativo, tais como:

- I. Regimentos Internos;
- II. Regulamento de Eleições.

ART. 55º - O nome da Associação, dísticos, frases, flâmulas e outros direitos protegidos na forma da lei só poderão ser utilizados em promoções comerciais mediante prévia e expressa autorização do Conselho Diretor.

ART. 56º - Nos processos para a apuração de qualquer irregularidade ou falta de associado, fazendo ou não parte de qualquer Poder da Associação, será vedada qualquer medida punitiva sem que o envolvido seja citado para apresentar a sua defesa.

ART. 57º - Os dirigentes da Associação, que no desempenho de cargos ou funções diretivas, forem punidos em decorrência do mau cumprimento das atribuições inerentes ao seu mandato, as penalidades a ele aplicadas na condição de "dirigente" o serão também na qualidade de "associado".

ART. 58º - É vedado o apoio da Associação aos candidatos a postos eletivos nas entidades desportivas, sejam eles sócios ou não da Associação.

ART. 59º - O rompimento de relações esportivas da Associação com entidades ou Associações congêneres somente poderá ser efetivado se aprovado pelo Conselho Diretor.

ART. 60º - Qualquer sugestão de mudança do nome da ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS, deverá ser submetida à apreciação do Conselho Deliberativo.

ART. 61º - Quaisquer alterações introduzidas no presente Estatuto deverão ser comunicadas às entidades competentes, registradas no Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná.

ART. 62º - Sempre que ocorrer reforma ou a alteração no Estatuto da Associação, o Conselho Diretor terá o prazo de até trinta (30) dias para providenciar o que determina o artigo anterior.

ART. 63º - A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, na própria Associação.

ART. 64º - Os casos omissos

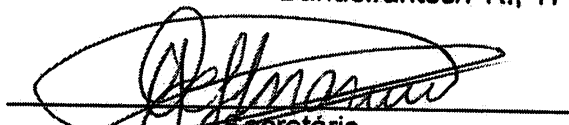
318.

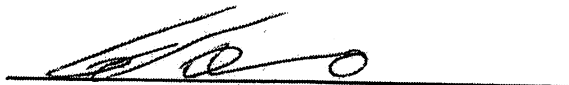
ART. 65º – O presente estatuto poderá ser reformulado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

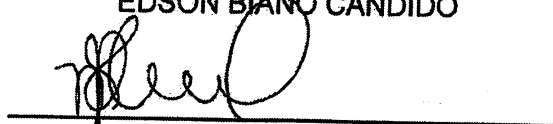
ART. 66º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referenciados pela Assembleia Geral.

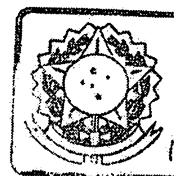
ART. 67º – Este Estatuto entrará em vigor, após sua aprovação pela Assembleia Geral e seu devido registro em Cartório.

Bandeirantes/PR., 17 de Outubro de 2023.


Secretário
JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA


Presidente
EDSON BIANO CANDIDO


Advogada
NATHALIA SCHIMITH
OAB: 109.105



PROTOCOLO Nº 28.475
REGISTRADO/AVERBADO SOB O Nº 642
FLS. 138/142
LIVRO A-22
Bandeirantes, 06/novembro/2023
SILMAR CORDEIRO DE SOUZA
Oficial Designado

CUSTAS: 300,00 VRC - R\$ 73,80
Funrejus - R\$ 10,56
Distribuidor - R\$ 9,53
Funarpen - R\$ 4,00
Fundep - 5% - R\$ 3,69
ISS - 3% - R\$ 2,21
Digitação - R\$ 12,87

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS / PESSOAS JURÍDICAS – BANDEIRANTES/PR
Rua Prefeito José Mario Junqueira, 323 - Centro

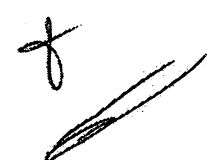


CARTÓRIO

- Registro Civil de Pessoas Naturais
- Títulos e Documentos
- Registro Civil de Pessoas Jurídicas

SILMAR CORDEIRO DE SOUZA
Agente Delegado Designado
CNPJ 49.533.041/0001-32





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL RELATIVA À FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Aos dezessete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e três 17/10/2023, as dezenove horas e trinta minutos, na Rua Claudio Dos Santos, 50, Jardim Paraíso, na cidade de Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000, reuniram-se na qualidade de fundadores da ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS, os Senhores: **EDSON BIANO CANDIDO**, brasileiro, casado, eletricitista industrial, portador do RG nº 4.012.484-5 e inscrito no CPF sob o nº 523.471.929-49, residente e domiciliado na Rua Alcides Calefi, 62, Vila Santa Terezinha, Cornélio Procopio – Paraná, CEP 86.300-000; **SIMONE REGINA NAIME MENDES**, brasileira, casada, vendedora, portadora do RG nº 5.531.305-9, inscrita no CPF sob o nº 775.266.009-49, residente e domiciliada na Rua Claudio Dos Santos, 50, Jardim Paraíso, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, portador do RG nº 6.676.166-5, inscrito no CPF sob o nº 261.397.438-93, residente e domiciliado na Rua Antônio Storer, 53, Jardim Yara, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **ELAINE CRISTINA ROVANO**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora do RG nº 9.736.541-5, inscrita no CPF sob o nº 052.234.929-35, residente e domiciliada na Rua Juvenal Mesquita, 43, Centro, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **RAFAEL APARECIDO PINTO**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do RG nº 10.092.053-0, inscrito no CPF: 079.412.339-24, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, 1222, Invernada, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **FELIPE JOSE CAMOLEZE PASCHOAL**, brasileiro, casado, engenheiro de software, portador do RG: 10.264.751-3, inscrito no CPF: 077.884.939-29, residente e domiciliado Rua Joao Francisco Ferreira, 223, Centro, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **MAURO ASANO**, brasileiro, divorciado, eletricitista, portador do RG: 1.529.860-0, inscrito no CPF: 064.520.958-97, residente e domiciliado na Rua Juvenal Mesquita, 35, Vila Santa Terezinha, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000; **LORENA KARLA GOMES TOMAZ**, brasileira, solteira, diarista, portadora do RG: 15.979.691-4, inscrita no CPF: 139.229.339-12, residente e domiciliada Rodovia PR 436, Q126, Vila Rural Olaria, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000 e **CLEIDE FABIANO FELIPE**, brasileira, divorciada, consultora de vendas, portadora do RG: 8.931.252-3, inscrita no CPF: 045.695.389-24, residente e domiciliada na Rua Joao da Silva Cravo, 1992 – Vila Carola, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000, com a finalidade de constituir uma associação civil de cunho filantrópico, sem fins lucrativos, com finalidades nas áreas de Assistência Social, Cultura, Educacional e Desportiva.

Foram debatidos os seguintes pontos de pauta:

- Criação da associação.
- Discussão e aprovação do estatuto da associação.
- Eleição e posse dos membros da administração da associação.

A Assembleia Geral foi instaurada em primeira chamada, tendo sido aclamado como Presidente o Sr. EDSON BIANO CANDIDO e como secretário o Sr. JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, que lavra a presente ATA.

Após a leitura da ordem do dia pelo Sr. presidente, iniciaram-se as discussões conforme segue:

Os presentes deliberaram pela constituição da Associação, que adotará a denominação: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS, e iniciará as suas atividades na data prevista de 17/10/2023, tendo como sede o seguinte endereço: Rua Claudio Dos Santos, 50, Jardim Paraíso, na cidade de Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.



Foram distribuídas cópias do Estatuto da Associação aos presentes e procedeu-se a sua leitura.

Em seguida, submeteu à votação, a proposta de denominação social, a proposta de endereço para a instalação da sede e o conteúdo do estatuto social, já previamente discutidos, que após ser integralmente lido e debatido, foi aprovado, por unanimidade, e segue em anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente constituída a Associação.

Em ato contínuo, o Sr. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos, presenciado por todos, ficou a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal compostos da seguinte forma:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: EDSON BIANO CANDIDO, brasileiro, casado, eletricitista industrial, portador do RG nº 4.012.484-5 e inscrito no CPF sob o nº 523.471.929-49, residente e domiciliado na Rua Alcides Calefi, 62, Vila Santa Terezinha, Cornélio Procópio – Paraná, CEP 86.300-000.

Vice-Presidente: SIMONE REGINA NAIME MENDES, brasileira, casada, vendedora, portadora do RG nº 5.531.305-9, inscrita no CPF sob o nº 775.266.009-49, residente e domiciliada na Rua Claudio Dos Santos, 50, Jardim Paraíso, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

Secretário: JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, portador do RG nº 6.676.166-5, inscrito no CPF sob o nº 261.397.438-93, residente e domiciliado na Rua Antônio Storer, 53, Jardim Yara, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

Vice-Secretário: ELAINE CRISTINA ROVANO, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora do RG nº 9.736.541-5, inscrita no CPF sob o nº 052.234.929-35, residente e domiciliada na Rua Juvenal Mesquita, 43, Centro, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

Tesoureiro: RAFAEL APARECIDO PINTO, brasileiro, solteiro, administrador, portador do RG nº 10.092.053-0, inscrito no CPF: 079.412.339-24, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, 1222, Invernada, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

Vice-Tesoureiro: FELIPE JOSE CAMOLEZE PASCHOAL, brasileiro, casado, engenheiro de software, portador do RG: 10.264.751-3, inscrito no CPF: 077.884.939-29, residente e domiciliado Rua João Francisco Ferreira, 223, Centro, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

CONSELHO FISCAL

MAURO ASANO, brasileiro, divorciado, eletricitista, portador do RG: 1.529.860-0, inscrito no CPF: 064.520.958-97, residente e domiciliado na Rua Juvenal Mesquita, 35, Vila Santa Terezinha, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

LORENA KARLA GOMES TOMAZ, brasileira, solteira, diarista, portadora do RG: 15.979.691-4, inscrita no CPF: 139.229.339-12, residente e domiciliada Rodovia PR 436, Q126, Vila Rural Olaria, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

CLEIDE FABIANO FELIPE, brasileira, divorciada, consultora de vendas, portadora do RG: 8.931.252-3, inscrita no CPF: 045.695.389-24, residente e domiciliada na Rua João da Silva Cravo, 1992 – Vila Carola, Bandeirantes – Paraná, CEP 86.360-000.

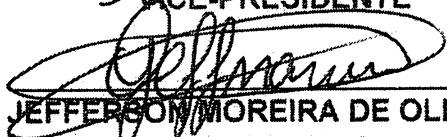


E, por fim, o Sr. Presidente dá posse aos eleitos, para a gestão de: 01 de Outubro de 2023 a 30 de Novembro de 2027. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, o Presidente o Sr. EDSON BIANO CANDIDO, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim, pelo Sr. presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.

Bandeirantes/PR, 17 de Outubro de 2023.



EDSON BIANO CANDIDO
PRESIDENTE


SIMONE REGINA NAIME MENDES
VICE-PRESIDENTE

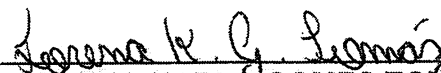

JEFFERSON MOREIRA DE OLIVEIRA
SECRETARIO

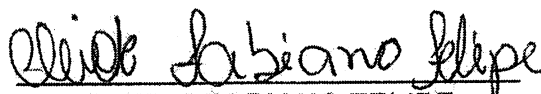

ELAINE CRISTINA ROVANO
SEGUNDA SECRETARIA


RAFAEL APARECIDO PINTO
TESOUREIRO


FELIPE JOSE CAMOLEZE PASCHOAL
SEGUNDO TESOUREIRO


MAURO ASANO
CONSELHO FISCAL


LORENA KARLA GOMES TOMAZ
CONSELHO FISCAL


CLEIDE FABIANO FELIPE
CONSELHO FISCAL

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS / PESSOAS JURÍDICAS – BANDEIRANTES/PR
Rua Prefeito José Mario Junqueira, 323 - Centro

CUSTAS : 300,00 VRC - R\$ 73,80
Funrejus - R\$ 10,56
Distribuidor - R\$ 9,53
Funarpen - R\$ 4,00
Fundep - 5% - R\$ 3,69
ISS - 3% - R\$ 2,21



PROTOCOLO Nº 28.474
REGISTRADO/AVERBADO SOB O Nº 642
FLS. 134/135
LIVRO A-22
Bandeirantes, 06/novembro/2023
SILMAR CORDEIRO DE SOUZA
Oficial Designado





ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20
Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

RELAÇÃO ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA MANTENEDORA

Entidade	Nome	Função	CPF	RG	Órgão Expedido r	Endereço Completo	Telefone
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Edson Bianco Candido	Presidente	523.471.929-49	4.012.484-5	SESP/PR	Rua Alcides Calefi, 62	99975-7321
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Simone Regina Naime Mendes	Vice Presidente	775.266.009-49	5.531.305-9	SESP/PR	Rua Claudio dos Santos, 50	99101-9556
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Jefferson Moreira de Oliveira	Secretário	261.397.438-93	6.676.166-5	SESP/PR	Rua Antonio Storer, 53	99904-2573
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Elaine Cristina Rovano	Vice Secretária	052.234.929-35	9.736.541-5	SESP/PR	Rua Juvenal Mesquita, 43	99937-2418
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Rafael Aparecido Pinto	Tesoureiro	079.412.339-24	10.092.053-0	SESP/PR	Rua São Sebastião, 1222	98488-1850
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Felipe Jose Camoleze Paschoal	Vice Tesoureiro	077.884.939-29	10.264.751-3	SESP/PR	Rua João Francisco Ferreira, 223	98809-6069
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Mauro Asano	Conselho Fiscal	064.520.958-97	1.529.860-0	SESP/PR	Rua Juvenal Mesquita, 35	98862-1818
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Lorena Karla Gomes Romaz	Conselho Fiscal	139.229.339-12	15.979.691-4	SESP/PR	Rodovia PR 436, Vila Rural	98459-0197
KARATE SHOTOKAN - ABKS	Cleide Fabiano Felipe	Conselho Fiscal	045.695.389-24	8.931.252-3	SESP/PR	Rua João da Silva Cravo, 1992	99631-9489

Bandeirantes, 03 de outubro de 2025.

Edson Bianco Candido
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P R

NOME
EDSON BIANO CANDIDO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
40124845 SESP PR

CPF
523.471.929-49

DATA NASCIMENTO
07/08/1964

FILIAÇÃO
JOAQUIM PINTO CANDIDO

LUIZA BIANO LOURENCO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01052124666

VALIDADE
13/01/2027

1ª HABILITAÇÃO
02/01/1990

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
13/01/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

08948642080
PR920797817

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2347666907

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

Responsável pela iluminação Pública: Município 00005402200

Classificação
RESIDENCIAL

Tipo de Fornecimento
BIFABICO / 60A

MARIA DE FATIMA BONANOME CANDIDO

R ALCIDES CALEFI, 62

CEP: 86300000

Cidade: CORNELIO PROCOPIO - PR

CPF: 000.000.000-87

UNIDADE CONSUMIDORA

1285467

4.00% COTIZADO AUT

REF: MÊS / ANO

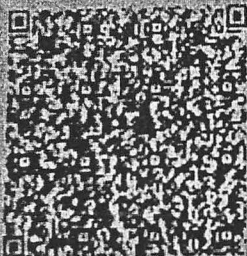
VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

04/2025

20/04/2025

R\$ 1



NOTA FISCAL Nº 168734062 - SERIE 3 / DATA EMISSÃO: 02/04/2025

Consulte Chave de Acesso em:

<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>

Chave de acesso:

412604043688990000106860031687340622060532650

Protocolo de Autorização: - ss -03:00

EMITIDA EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorização

Declaração Anual de Quitação de Débitos

Em atendimento à Lei 12.007/2009, a Copel Distribuição S. A. declara, pela presente, que as faturas de energia elétrica desta unidade consumidora e de sua responsabilidade, vencidas em 2024, encontram-se devidamente quitadas. Esta declaração substitui os comprovantes de pagamento das faturas vencidas em 2024, salvo aqueles contestados judicialmente e ou derivados de grandezas não faturadas.

DATAS
DE LEITURAS

Leitura Anterior
05/03/2025

Leitura Atual
02/04/2025

N. Dias
28

Próxima Lei
02/05/20

Itens da Fatura	Unidade	Quantidade	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS / COFINS	ICMS	U
(01) CONSUMO	kWh	157	0,378917	59,49	2,84	11,30	0
(02) USO SISTEMA	kWh	157	0,443621	69,66	3,09	13,24	0
(03) CONT. ILLUMIN				13,20			
(04) DOACAO LBV				7,00			
TOTAL				149,37			



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS
Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20
Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556
e-mail: abksassociacao@outlook.com
CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Eu, Edson Bianco Candido, portador do CPF nº 523.471.929-49 e RG nº 4.012.484-5, declaro que a entidade Associação Banderantense de Karate Shotokan reside na Rua Claudio dos Santos, Nº 50, bairro Jardim Paraíso, cidade de Bandeirantes, estado do Paraná e CEP 86.3602-515.

Declaro, ainda, estar ciente de que esta declaração é verdadeira e assumo total responsabilidade pelas informações aqui prestadas.

Bandeirantes, 28 de Outubro de 2025

Edson Bianco Candido CPF 523.471.929-49

Presidente



COPEL

Auto Energia

0800 51 00 116 - www.copel.com

DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletronica de Energia Elétrica
COPEL DISTRIBUICAO S.A.
RUA R JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158
CEP 81200-240 - CURITIBA/PR
CNPJ 04368898000106 - I.E. 8023307399

Responsavel pela Iluminacao Publica: Municipio 36424625

Classificacao:
RESIDE/RESIDENCIAL

Tipo de Fornecimento:
MONOFASICO / 50A

SIMONE REGINA NAIME

R CLAUDIO DOS SANTOS, 60

CEP: 86360000

Cidade: BANDEIRANTES - PR

CPF: ***.***.09-49

UNIDADE CONSUMIDORA

59015061

▲ CÓDIGO DEBITO AUTOMÁTICO



PAGUE COM PIX

REF: MÊS / ANO

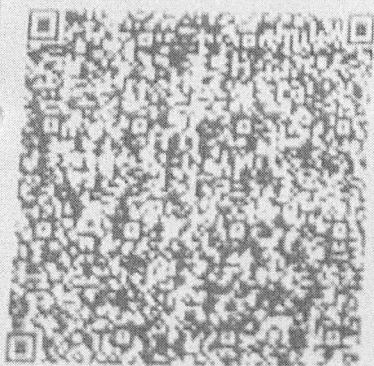
PAGAMENTO

TOTAL A PAGAR

04/2025

20/05/2025

R\$



NOTA FISCAL Nº 169896608 - SERIE 3 / DATA EMISSÃO

Consulte Chave de Acesso em:

<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?ws>

Chave de acesso

41260404368898000106660031698966082077369467

Protocolo de Autorizacao: - as 03:00

EMITIDA EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorizacao

Declaracao Anual de Quitacao de Debito

Em atendimento a Lei 12.007/2009, a Copel Distribuicao S. A. declara, pela presente, que as faturas de energia eletrica desta unidade consumidora e de sua responsabilidade, vencidas em 2024, encontram-se devidamente quitadas e a declaracao substitui os comprovantes de pagamento das faturas vencidas, salvo aqueles contestados judicialmente e ou de direito.

408.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.592.589/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/11/2023
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KARATE SHOTOKAN - ABKS	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.91-1-00 - Ensino de esportes
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos (Dispensada *) 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R CLAUDIO DOS SANTOS	NÚMERO 50	COMPLEMENTO *****
------------------------------------	--------------	----------------------

CEP 86.360-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM PARAISO	MUNICÍPIO BANDEIRANTES	UF PR
-------------------	-----------------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO BIANOEDSON07@GMAIL.COM	TELEFONE (43) 9975-7321
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/11/2023
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/11/2025 às 14:50:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



438.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

L E I nº 4.486/2024

Data: 05 de novembro de 2024

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Municipal a "Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan - ABKS" com sede nesta cidade de.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a "Associação Bandeirantense de Karatê Shotokan - ABKS", inscrita no CNPJ nº 53.592.589/0001-20, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Claudio dos Santos, 50, Bandeirantes, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.592.589/0001-20
Razão Social: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN ABKS
Endereço: R CLAUDIO DOS SANTOS 50 / SETOR 1 / BANDEIRANTES / PR / 86362-515

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/10/2025 a 08/11/2025

Certificação Número: 2025101007556409330536

Informação obtida em 28/10/2025 14:13:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS

CNPJ Nº: 53.592.589/0001-20

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 02/12/2025, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do
Paraná

Código de controle 8684.BTQL.4925
Emitida em 03/10/2025 às 10:52:47

Dados transmitidos de forma segura.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS
CNPJ: 53.592.589/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:39:41 do dia 24/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/03/2026.

Código de controle da certidão: 7F9C.6A1F.CD19.8101

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

451.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 037998776-62

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 53.592.589/0001-20

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/01/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS CNPJ: 53592589000120

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWLD6YN6BDQ9VH01

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.bandeirantes.pr.gov.br>

Bandeirantes (PR), 28 de Outubro de 2025

478



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 53.592.589/0001-20

Certidão n°: 59265155/2025

Expedição: 03/10/2025, às 10:44:43

Validade: 01/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 53.592.589/0001-20, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO DA RECEITA

Exercício 2025	ALVARÁ DE LICENÇA	Nº de Inscrição 349574391	Nº do Alvará 8557
-------------------	-------------------	---------------------------------	----------------------

A Prefeitura Municipal de Bandeirantes, na forma da Lei, concede
licença a:

Razão Social: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN - ABKS
Nome Fantasia: KARATÊ SHOTOKAN ABKS
CNPJ/CPF: 53.592.589/0001-20
Endereço: Rua Cláudio Dos Santos Nº50
Bairro: Jardim Paraíso
Atividade Primária: Ensino De Esportes
Atividades Secundárias: Clubes Sociais, Esportivos E Similares; Produção E Promoção De Eventos Esportivos; Atividades De Organizações Associativas Ligadas À Cultura E A Arte; Produção E Promoção De Eventos Esportivos; Atividades Associativas Não Especificadas Anteriormente

Este documento tem validade até **16/10/2026**, sendo obrigação do contribuinte a baixa, conforme a conforme **LEI Nº 2.467/2003 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003:**

Art. 21 - O contribuinte deverá comunicar, através de protocolo, o encerramento ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 60 dias contados da data em que emitir o último documento fiscal que comprova sua atividade.

§ 1º No prazo estabelecido deverá apresentar à fiscalização todos os documentos fiscais relativamente aos exercícios que permitam verificar a regularidade da atividade desenvolvida, bem como, se for o caso, a ocorrência de eventos jurídicos tributários para permitir lançamento por ofício.

§ 2º Decorrido o prazo de dois anos consecutivos e verificado que o contribuinte do ISS não recolhe mais o imposto e, em fiscalização for constatado que não está mais instalado no domicílio fiscal, poderá o Município tomar a iniciativa de promover a baixa da inscrição junto ao Cadastro Mobiliário, não significando qualquer forma de extinção ou exclusão dos débitos tributários.

Bandeirantes, 16 de Outubro de 2025.


Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal




Ocimara Marqueto Da Silva
Secretaria Da Fazenda



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS
Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20
Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556
e-mail: abksassociacao@outlook.com
CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto, para os devidos fins, que a Associação Bandeirantense de Karate Shotokan - ABKS, com sede na Rua Claudio dos Santos, 50, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 53.592.589/0001-20, está em pleno e regular funcionamento há mais de 1 ano neste Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 03 de outubro de 2025.

Edson Biano Candido

Presidente

50p.



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, inc. V, alínea “c”, da Lei nº 13.019/2014, que a OSC Associação Bandeirantense Karate Shotokan - ABKS dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento de metas estabelecidas.

Bandeirantes, 28 de outubro de 2025

Associação ABKS

Edson Bianco Candido

Presidente



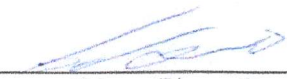
ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS
Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20
Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556
e-mail: abksassociacao@outlook.com
CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO

Associação Bandeirantense Karate Shotokan - ABKS, inscrita no CNPJ nº 53.592.589/0001-20 por intermédio de seu presidente, Sr. Edson Bianco Candido, portador da Carteira de Identidade nº 4.012.484-5 e do CPF nº 523.471.929-49, declaro para os devidos fins que esta entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Bandeirantes, 03 de outubro de 2025.



Edson Bianco Candido
Presidente



ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN – ABKS

Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20

Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556

e-mail: abksassociacao@outlook.com

CEP 86.362-515 Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO

Associação Bandeirantense Karate Shotokan - ABKS, inscrita no CNPJ nº 53.592.589/0001-20 por intermédio de seu presidente, Sr. Edson Bianco Candido, portador da Carteira de Identidade nº 4.012.484-5 e do CPF nº 523.471.929-49, declaro para os devidos fins que **esta entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014.**

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Bandeirantes, 03 de outubro de 2025.

Edson Bianco Candido
Presidente



531.

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTE KARATE SHOTOKAN – ABKS
Fundada em 17 de outubro de 2023 CNPJ 53.592.589/0001-20
Rua Claudio dos Santos, 50 – Jardim Paraíso – Tel (43) 99101-9556
e-mail: abksassociacao@outlook.com
CEP 86.360-515 Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO

Eu, Nathalia Schimith, portadora da RG nº 9.910.990-4, CPF nº 066.547.829-17, CRC nº PR-064503/O-5, contador da Associação Bandeirante de Karate Shotokan - ABKS, inscrita no CNPJ nº 53.592.589/0001-20, sediada à Rua Claudio dos Santos, nº 50 Bairro Jardim Paraíso **ATESTO** que tenho conhecimento das normas que regem a transferência de recursos relativas à execução financeira, prestação de contas e à guarda dos documentos, bem como, a observância das normas brasileiras de contabilidade e da responsabilidade solidária quanto à idoneidade da documentação fiscal, a fidedignidade dos registros contábeis e da prestação de contas dos recursos transferidos.

Bandeirantes, 03 de outubro de 2025

NATHALIA
SCHIMITH
LTDA:20168868
000102

Assinado de forma
digital por NATHALIA
SCHIMITH
LTDA:20168868000102
Dados: 2025.10.03
15:40:58 -03'00'

NATHALIA SCHIMITH
CPF nº 066.547.829-17
CRC nº PR-064503/O-5



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
POLÍTICAS PARA MULHERES

CERTIDÃO LIBERATÓRIA Nº 17/2025

Organização da Sociedade Civil: **ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE**
KARATE SHOTOCAN

Certificamos, para os devidos, que a entidade **ASSOCIAÇÃO**
BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOCAN, inscrita no CNPJ 53.592.589/0001-
20, encontra-se em situação regular perante esta Secretaria.

Esta certidão é válida por 6 meses.

Bandeirantes, 04 de novembro de 2025.

Rosiane Cristina Vieira Néia Storti

Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

55P

RAZÃO SOCIAL: KUADRADOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
NOME FANTASIA: MARIN ESPORTES
CNPJ: 03.775.336/0001-14 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90210190000
ENDEREÇO: AVENIDA DISTRITO FEDERAL - 1520 - JARDIM PROGRESSO
CIDADE: PARANAVAI UF: PARANÁ
FONE: (44)9915-0105

PARA: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ
CNPJ: 53.592.589/0001-20
RUA CLÁUDIO DOS SANTOS, 50, BANDEIRANTES-PRCEP-86.362-515

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 30 DIAS.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	29	KIMONO START INFANTIL (ACOMPANHA FAIXA BRANCA)	180,00	5,220,00
2	29	KIMONO START ADULTO	220,00	6,380,00
3	2	APARADOR DE CHUTE (PAR)	330,00	660,00
4	1	SACO DE PANCADA 120 CM	468,00	468,00
5	15	PROTETOR DE TORAX	170,00	2550,00
6	15	LUVA COMPETIÇÃO	105,00	1575,00
7	30	PROTETOR BUCAL	38,00	1140,00

TOTAL R\$ 17.993,00

03.775.336/0001-14
Kuadrados Industria e Comércio
de Artigos Esportivos Ltda.
AV. DISTRITO FEDERAL, 1320 - JARDIM PROGRESSO
CEP 87701-310 - PARANAVAI - PARANÁ


PARANAVAI 22 DE SETEMBRO DE 2025

66P.

RAZÃO SOCIAL: THIAGO APARECIDO FOGATTI MARINHO - ME
NOME FANTASIA: TM4
CNPJ: 21.012.758/0001-10 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 906.74754-50
ENDEREÇO: AVENIDA COMENDADOR LUIZ MENEGHEL - 514 - CENTRO
CIDADE: BANDEIRANTES UF: PARANÁ
FONE: (43)9 96055951

PARA: Associação Bandeirantense de Karatê
CNPJ: 53.592.589/0001-20
Rua Cláudio dos Santos, 50, Bandeirantes-PRCEP -86.362-515

ORÇAMENTO VALIDO POR 30 DIAS.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	29	KIMONO START INFANTIL (ACOMPANHA FAIXA BRANCA)	175,00	5075,00
2	29	KIMONO START ADULTO	215,00	6235,00
3	2	APARADOR DE CHUTE (PAR)	320,00	640,00
4	1	SACO DE PANCADA 120 CM	465,00	465,00
5	15	PROTETOR DE TORAX	165,00	2475,00
6	15	LUVA COMPETIÇÃO	100,00	1500,00
7	30	PROTETOR BUCAL	35,00	1050,00

TOTAL
R\$ 17.440,00

21.012.758/0001-10
THIAGO APARECIDO
FOGATTI MARINHO - ME
AV. COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, 514 - CENTRO
CEP 86.360-000 - BANDEIRANTES PR


BANDEIRANTES 22 DE SETEMBRO DE 2025

571

ORÇAMENTO:

[illegible]

ABKS ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKAN
RUA CLÁUDIO DOS SANTOS Nº50 JARDIM PARAÍSO – BANDEIRANTES – PR -
CEP: 86360515.
FONE: (43) 99101-9556.
CNPJ:53592589-000120.

Bandeirantes – PR, 13 de Agosto de 2025.
Vendedora: Amábili Godinho Silva Dias.
Validade: 31/08/2025.
Contato: (43) 3542-3586 ou (43) 98815-6678.
Email: gerente199@colombo.com.br.
Gerente responsável: Maria Luiza Garcia.

Maria Luiza Garcia
(43) 98403-0756
(43) 3542-3588

~~Rua Benjamin Caetano Zambon, 128~~
~~Bandeirantes-PR~~

MAGAZINE LUIZA S/A

CNPJ: 47960950061937

ORÇAMENTO

REFRIGERADOR BRASTEMP 2P 3
75 LITROS FROST FREE
BRANCO 110V

VALOR UNITÁRIO\$ 3369,00

ABKS ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKAN
RUA CLAUDIO DOS SANTOS N. 50 JARDIM PARAISO BANDEIRANTES PR
CEP 86360515
FONE: (43) 99101-9556
CNPJ: 53592589000120

BANDEIRANTES PR 13 DE AGOSTO DE 2025
EMAIL: LIDERANCA687@MAGAZINELUIZA.COM.BR

RECEBIMOS DE
CNPJ: 53592589000120
VALOR: R\$ 3369,00
DATA: 13/08/2025
ASSINATURA: [assinatura]

vendedor : JOSE VITOR DOS SANTOS CHP75
(43) 98811-9946

94

Vadar Moveis
CNPJ:7923185/006650

REFRIGERADOR BRASTEMP 2 P 375 LITROS FROST FREE BRANCO
110 V

VALOR UNITÁRIOR\$3.199,00

ABSK ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKN

Rua Claudino dos Santos nº 50Jardin Paraiso

Bandeirantes Pr

Cep :86360-515

CNPJ:53592589000120

Bandeirantes 26 de Agosto de 2025

E-mail: gerentef66@valdarmoveis.com.br

75.923.185/0066-50

VALDAR MÓVEIS LTDA

AV. BANDEIRANTES, 826
CENTRO - CEP 86.360-000
BANDEIRANTES - PARANÁ

609.

BRASIL FIGHTS

À

ABKS ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTES DE KARATÊ SHOTOKAN

RUA CLAUDIO DOS SANTOS N50JD PARAISO

CNPJ:53.592.589/0001-20

A/C SENHOR(A):

FRETE: FOB
CIF

TIPO DE PAGAMENTO:

ESTE DOCUMENTO POSSUI A VALIDADE DE 30 DIAS.

DADOS
VENDEDOR(A)

PATRICIA
25/08/2025

ORÇAMENTO

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
KIMONOS START INFANTILC/FX	29	R\$ 172,00	R\$ 4.988,00
KIMONOS START ADULTO C/FX	29	R\$ 210,00	R\$ 6.090,00
APARADOR DE CHUTE	2	R\$ 315,00	R\$ 630,00
SACO DE PANCADA	1	R\$ 459,00	R\$ 459,00
PROTETOR DE TORAX VERM/BRANCO	15	R\$ 159,00	R\$ 2.385,00
LUVA DE COMPETIÇÃO	15	R\$ 95,00	R\$ 1.425,00
BUCAL SIMPLES	30	R\$ 32,00	R\$ 960,00
			R\$ 0,00
			R\$ 0,00
			R\$ 0,00
			R\$ 0,00
			R\$ 0,00
			R\$ 0,00

TOTAL GERAL

R\$ 16.937,00

APUCARANA, 25 DE agosto DE 2025.

BRASIL FIGHTS
INDUSTRIA E
COMERCIO DE
CONFECÇÕES:184090
69000139

Assinado de forma digital por
BRASIL FIGHTS INDUSTRIA E
COMERCIO DE
CONFECÇÕES:1840906900013
Dados: 2025.08.25 15:43:44
-03'00'

CNPJ: 18.409.069/0001-39

Rua Tamandaré, 310 – Barra Funda – 86800-210 – Apucarana – PR

619.

[illegible]



Individual - R\$ 169.159,88
Bancada - R\$ 84.579,94 = R\$ 253.739,82 = R\$ 507.479,64

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Resto - R\$ 42.479,64

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Centro de Fisioterapia	100.000,00	Móveis
Centro de Fisioterapia	20.000,00	Material de Consumo
Centro de Fisioterapia	60.000,00	Equipamentos e Custeio
Usina da Cidadania	10.000,00	Alimentação
Santa Casa	26.000,00	Contratação Fisioterapeuta
Santa Casa	50.000,00	Custeio
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE Equipamento Digital	35.000,00	Montagem de Sala Sensorial
APAE	49.000,00	Manutenção de Atividades Iniciais
Assoc. Bandeirantes Karate	—	—
Shotokan - ARKS	20.000,00	Custeio
Reviva	15.000,00	Custeio
Projeto Bicho	15.000,00	Custeio
Assoc. Bandeirantes	30.000,00	Custeio
TOTAL DA DESTINAÇÃO AMAS	R\$ 15.000,00	Custeio
Assoc. da Galeria da Música		
Antes e do Som Antonio Casco Nova Escola	10.000,00	Custeio
Contabilidade	10.000,00	Equipamentos
Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei		
Law Bezerra de Menezes	7.479,64	Custeio
Orçamentaria Anual do Município de Bandeirantes		
Escola YUKITI MATUDA	15.000,00	Custeio
Anjo Azul	10.000,00	Custeio
Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.		
CMEI Bezerra de Menezes	10.000,00	Custeio
Carla e Sonia		
Vereador		
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024 - EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
SÃO PIO	10.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
APAE	20.000,00	Atendimento Multidisciplinar
SANTA CASA	35.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
ANJO AZUL	20.000,00	Atendimento Clínico
TOTAL DA DESTINAÇÃO	85.000,00	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024 - EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ASILO	30.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
ACAUEM	11.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
PROJETO BICHO	8.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
LAR BEZERRA DE MENEZES	12.159,88	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
ESCOLA MUNICIPAL DIÓGENES DE VASCONCELOS	8.000,00	Materiais de Consumo : Construção e Pedagógico
ESCOLA MUNICIPAL ZULMIRA	3.000,00	Materiais de Consumo
TIRO DE GUERRA	6.000,00	Materiais de Consumo
REVIVA	2.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
USINA DA CIDADANIA	4.000,00	Manutenção de atividades ínsitas previstas no Estatuto Social.
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$84.159,88	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.


Vereador
MAURO DONIZETI FABIAN

TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 169.159,88
---------------------	----------------



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024 - EXERCÍCIO 2025 - PSD		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Secretaria Municipal de Saúde	R\$84.579,94	Pagamentos de Exames, Consultas e Procedimentos, através do Consórcio de Saúde.
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$84.579,94	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024 - EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$0.00	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, ____ de ____ de 2024.

Vereador
MAURO DONIZETI FABIAN

TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94
---------------------	---------------



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ASSOC. ANJO AZUL	130.000,00	ATEND. MULTIDISC. CADM.
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 130.000,00	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
AMPS - CURITIBA	15.000,00	AJUDA DE CUSTEIO
ROTARY CLUB BAND.	15.000,00	DESPESAS CUSTEIO/MODIFICACAO
PROJETO BICHO	3.000,00	CASTRACAO
ONG REVIVA	3.000,00	CASTRACAO
HOSP. CÂNCER LOM	3.159,88	AJUDA DE CUSTEIO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 39.159,88	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 21 de Junho de 2024.

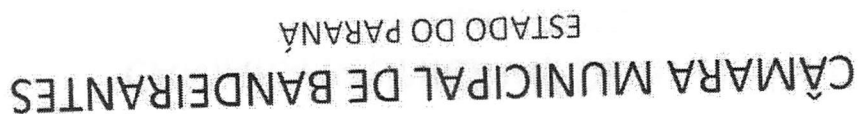
Vereador

DR. CASTRO

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$

169.159,88



24105A BR. CAS. 10 F. KUTZ BOSTON 691

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Lar São Vicente de Paula	R\$10.000,00	Custeio
Usina da Cidadania	R\$10.000,00	Custeio
ACAUEM	R\$4.000,00	Custeio
Comunidade São Pio	R\$4.000,00	Custeio
Casa de Acolhida colo de Maria	R\$4.000,00	Custeio
Lar das Crianças dr. Bezerra de	R\$11.159,88	Custeio
Meneses		
APF da Escola Municipal Moacyr	R\$10.000,00	PINTURA DE PISO OU PAREDE COM
Castanho		DESENHOS LÚDICOS/DIDÁTICOS E
		AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS
TOTAL DA DESTINAÇÃO		R\$153.159,88



LUIZ GUSTAVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE	R\$30.000,00	Contratação de profissionais para seus projetos de atendimento multidisciplinar
APAE	R\$25.000,00	Equoterapia
Associação Anjo Azul	R\$36.000,00	Contratação de profissionais para seus projetos de atendimento multidisciplinar
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$91.000,00	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ACAUEN	R\$20.000,00	Aquisição de ar condicionado, freezer e fogão industrial
Comunidade terapêutica São Pio	R\$15.000,00	Custeio
APMF Escola Municipal Yukiti Matida	R\$10.000,00	Projetos pedagógicos
CEMEI Paulo Meneghel	R\$15.000,00	Aquisição de brinquedoteca
Ong Reviva	R\$10.000,00	Castração e procedimentos veterinários, medicamentos e ração.
Projeto Bicho	R\$8.159,88	Castração e procedimentos veterinários. Medicamentos. Ração.
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$78.169,88	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.
Bandeirantes, 24 de junho de 2024.

Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$



SIMPONE

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Centro Munic. fisioterapia	54.579,94	móveis
Santa Casa	30.000,00	Medicamentos e materiais de consumo
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Instituto MEUR	50.000,00	Construção do Instituto
Projeto Bicho	15.000,00	Custeio de despesas
Bar Bezerra	7.000,00	Custeio de despesas
Acauê	5.000,00	Custeio de despesas
*Galeria de Música	7.579,94	Custeio de despesas
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

* Associação de Galeria de Música, artes e do som Antonio Cosmo Nunes Sobrinho

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 20 de junho de 2024.

Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$
---------------------	-----



BANCADA SIMONE

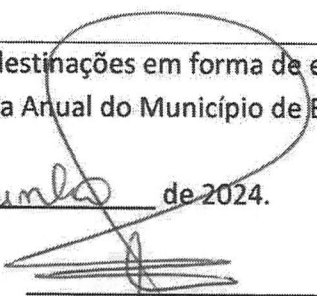
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 - <u>UNIÃO BRASIL</u>		
Composição: Vereador(a) Simone Beatriz Fuck Von Der Osten		
Valor Total da Bancada: R\$ 84.579,94 Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 42.289,97		
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE	25.000,00	Esportes
Anjo Amp	17.289,97	Custeio de despesas
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Ong Reviva	15.000,00	Custeio de despesas
Usina Gdolonica	22.289,97	Custeio de despesas
Rotary	5.000,00	Custeio de despesas
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 42.289,97	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 20 de Junho de 2024.


Vereador(a)

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 – REPUBLICANOS		
Composição: Vereador Eduardo José Serra do Espírito Santo		
Valor Total da Bancada: R\$ 84.579,94		Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 42.289,97
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE	10.572,49	Atendimento Multidisciplinar
ODONTOLOGIA	"	Material de consumo
SANTA CASA	"	Serviços médicos, hospitalares e laboratoriais
SAO PIO	10.572,50	Atendimento Multidisciplinar
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ASILO	11.000,00	Ajudas de custo
LAR DA CRIANÇA	10.000,00	" " "
PROJETO BICHO	3.000,00	" " "
Exata de Munka, FREI		
RAFAEL PRONER	4.000,00	" " "
ANJO AZUL	9.289,97	" " "
ACAUEM	5.000,00	
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 25 de junho de 2024.

Eduardo José Serra do Espírito Santo

Vereador(a)

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$

Eduardo José Pena do Espírito Santo.

Vereador	Aplic	Secretaria	Nat_Despesa	Beneficiado	Projeto	Vlr_Emenda_Ind_2%
Dr. Eduardo	Subvenção	Saúde	Subvenções Sociais	Santa Casa	Serviços médicos, hospitalares e laboratórios	16.666,67
Dr. Eduardo	Subvenção	Saúde	Subvenções Sociais	APAE	Atendimento Multidisciplinar	23.853,32 20.000,00
Dr. Eduardo	Subvenção	Saúde	Subvenções Sociais	Hospital do Cancer - LDA	Atendimento Multidisciplinar	10.000,00
Dr. Eduardo	Subvenção	Saúde	Subvenções Sociais	Anjo Azul	Atendimento Multidisciplinar	20.000,00
Dr. Eduardo	Interna	Saúde	Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	Centro de Fisioterapia	Atendimento Multidisciplinar	6.393,28
Dr. Eduardo	Interna	Saúde	Material De Consumo	Odontologia	Material De Consumo	7.666,67 6.666,67
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	Usina Cidadania	Ajuda de Custo	13.333,33
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	ACAUEM	Ajuda de Custo	10.000,00
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	Reviva	Ajuda de Custo	8.333,33
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	ASILO Bandeirantes	Ajuda de Custo	16.666,67
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	Lar Bezerra de Menezes	Ajuda de Custo	8.333,33
Dr. Eduardo	Subvenção	Saúde	Subvenções Sociais	São Pio	Ajuda de Custo	13.333,33
Dr. Eduardo	Subvenção	Ação Social	Subvenções Sociais	Colo de Maria	Ajuda de Custo	9.726,62
TOTAL Emenda Impositiva Individual						159.453,23

DR EDUARDO

11

Social

11

Ernest Bickel

1

3853, 32

10532

~~DR EDUARDO~~
DR EDUARDO

11

1

Escola de Música
Fm. Rafael Pruner.

1,000,000.

~~685732~~



677.

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

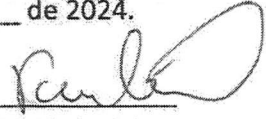
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 – PSD		
Composição: <u>Mauro D. Fabian, Paulo Ap. F. Barbosa e Sônia R. Zambone</u>		
Valor Total da Bancada: R\$ 253.739,82 Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 126.869,91		
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
SANTA CASA	52.289,97	MEDICAMENTOS
AZIL.	32.289,97	AGUDA DE CUSTO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.

Vereador(a)



Vereador(a)

Vereador(a)

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$



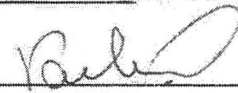
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ADAE	250.000,00	30.000,00
HOSPITAL DO CANCER	100.000,00	20.000,00
AMIGO AZUL	100.000,00	35.000,00
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024 EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
PROJETO BICHO		15.000,00
REVISTA		15.000,00
SÃO PIO		7.000,00
OB PRÉFEC PAULO MENEZES		25.000,00 COMPLETA AQUI
LAR ACELARA DE MENEZES		10.000,00
USINA RITA DANIA		5.000,00
A CAVERNA		5.000,00
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.


Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$
---------------------	-----



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

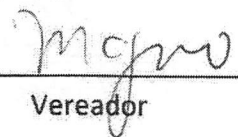
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Amo Azul "ong	5000000	multidisciplinar
Int. Lancer	1000000	Seguro
Amo	24.579,94	
Don S. Vicente Paulo	60.000,00	
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Assine Cidadania	10.00000	Meu
Centro Distrital	10.00000	Seguimento e Custo
Lelei 2020m 1000000	20.00000	Meu e Seguimento
Don 2020m 1000000	59.159,88	
Don S. Vicente Paulo	60.000,00	Meu
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.


Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$



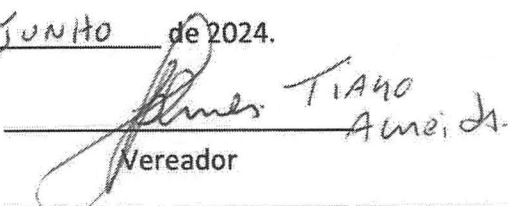
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE	84.579,90	CUSTEIO
APAE	30.000,00	ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR
APAE	30.000,00	APARELHOS/MAQUINAS
APAE	24.579,90	ECUATORIA
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,90	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
USINA CIDADANIA	40.000,00	AJUDA de custo
CARL DAS CRIANÇAS	40.000,00	AJUDA de custo.
ACAUEM	40.000,00	AJUDA de custo
	41.579,94	
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 24 de JUNHO de 2024.


Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$

169.159,88



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 - PP
Composição: Flávia Ap. da Silva, Tiago F. de Almeida e Wanderley Ap. da Silva
Valor Total da Bancada: R\$ 253.739,82 Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 126.869,91

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)

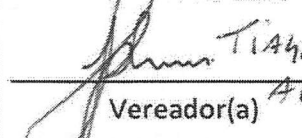
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
CENTRO FISIOTERAPIA	20.000,00	Equipamentos / Custeio
SANTA CASA	15.000,00	Equipamentos Custeio
ANJO AZUL	7.285,94	Custeio
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 42.285,94	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS

OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ESCOLA YUKITI MATIDA	5.000,00	Custeio / Computador
CMEI BEZERRA MENEZES	5.000,00	Ajuda custo
ASILO	20.000,00	Prevenção Incêndio
Projeto Bicho	5.000,00	Ajuda custo
Revista	5.000,00	Ajuda custo
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 42.289,97	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 24 de JUNHO de 2024.

 Tiago F. de Almeida
 Vereador(a) Almeida Vereador(a) _____ Vereador(a) _____

TOTAL DA DESTINAÇÃO **R\$ 84.575,94**



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
São João	100000	ajuda de custo
Hospital de Emergência - L.D.F.	100000	ajuda de custo
Santa Casa	19.579,94	custeio
Apae	15.000,00	fisioterapia
União Social	100000	atendimento multiprofissional
Asilo Bandeirantes	200000	atendimento clínico medicamentoso
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Parviza	300000	custeio
Lauro de Bittencourt	300000	custeio
Associação Social	300000	custeio Carter Básico
Usina Celadonio	300000	custeio Carter Básico
Colo de Maria	300000	custeio
Orç. - Exporte	300000	custeio
Alquem	400000	custeio
Adescol	27.579,94	custeio apoio agricultura
Alvarax	200000	custeio
Associação Nova Pátria	100000	custeio
Ass. Sertãozinho	50000	custeio
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 24 de Junho de 2024.

Wanderley de Siqueira
Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$ 169.159,88



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 - PP		
Composição: <u>Flávia Ap. da Silva</u> , <u>Tiago F. de Almeida</u> e <u>Wanderley Ap. da Silva</u>		
Valor Total da Bancada: R\$ 253.739,82		Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 126.869,91
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
<u>Santa Casa</u>	<u>42.289,97</u>	<u>custeio</u>
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ <u>42.289,97</u>	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
<u>Jose Bezerra Mendes</u>	<u>30000</u>	<u>custeio</u>
<u>Aclecot.</u>	<u>12.289,97</u>	<u>custeio</u>
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ <u>42.289,97</u>	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 24 de junho de 2024.

Wanderley Ap. da Silva

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$ 84.579,94



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%) <i>DIVERSOS</i>		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
AMAS	4,000	AJUDA DE CUSTO
PROJETO BICHO	6.579,94	AJUDA DE CUSTO
REVIVA	10.000	AJUDA DE CUSTO
OFF ROAD	20,000	AJUDA DE CUSTO
ACAVEM	14,000	AJUDA DE CUSTO
LAK BEZERRA	20,000	AJUDA DE CUSTO
CASA DE MUSICA	10,000	AJUDA DE CUSTO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS <i>SAUDE</i>		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
ASIKO	40,000	AJUDA DE CUSTO
ANJO AZUL	10,000	EQUOTERAPIA
SANTA CASA	24.579,94	COMRA MOBILIARIO PRONTO SOCORRO
APAE APAE	10,000	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.

ALEX BOABA

Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$



781.

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 – MDB		
Composição: Vereadores <u>Alex Borba</u> e <u>Magnoaldo Germano Teixeira Ribeiro</u>		
Valor Total da Bancada: R\$ 169.159,88 Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
APAE	100,00	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
ANSD AZUL	15,000	ASUDA DE CUSTO
SAVIA CASA	17.579,94	COMPRAS MOBILIARIO PRONTO SOCORRO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
CRECHE ROTARY	220,00	INSTALACAO DE CAMERAS SEGURAS
ACADEMIA	10,000	ASUDA DE CUSTO
PROJETO USINA COMUNITARIA	10,000	ASUDA DE CUSTO
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.

ALEX BORBA
Vereador

Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$
---------------------	-----



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA 2024 - EXERCÍCIO 2025 - PP		
Composição: <u>Flávia Ap. da Silva</u> , <u>Tiago F. de Almeida</u> e <u>Wanderley Ap. da Silva</u>		
Valor Total da Bancada: R\$ 253.739,82 Valor mínimo para Saúde (50%): R\$ 126.869,91		
EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
<u>Santa casa</u>	<u>42.300,00</u>	<u>Aquisição de móveis para pronto socorro e enfermaria.</u>
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ <u>42.300,00</u>	

EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA - DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
<u>A. Vida e Esperança</u>	<u>35.000,00</u>	<u>Aquisição climatizadores</u>
<u>Onç. Riviera</u>	<u>4.000,00</u>	<u>Custeo</u>
<u>Projeto Bicho</u>	<u>3.279,94</u>	<u>Custeo</u>
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ <u>42.279,94</u>	

Solicito(amos) a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 18 de junho de 2024.

Flávia Aparecida da Silva
VEREADORA
Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$ 84.579,94



721

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAL 2024 - EXERCÍCIO 2025		
VALOR TOTAL POR VEREADOR: R\$ 169.159,88		
VALOR MÍNIMO PARA SAÚDE (50%): R\$ 84.579,94		
EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A SAÚDE (MÍNIMO DE 50%)		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
santa casa	77.700,00	Aquisição móveis, TV,
Apae (Equetupia)	6.879,00	ar condicionado e
	custo	equipamentos pronto
		sofá e laboratório
		de análises clínicas.
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

EMENDAS IMPOSITIVAS 2024		
EXERCÍCIO 2025		
EMENDAS IMPOSITIVAS DIVERSOS		
OSC OU ÓRGÃO BENEFICIADO	VALOR (R\$)	PROJETO
Anjo Azul	10.000,00	pgto equipe multidisciplinar
da das Granas	20.000,00	custo
Academ	10.000,00	custo
A Silo	20.000,00	custo
Apae	20.000,00	Atendimento multidisciplinar
União Adobina	4.579,94	custo
TOTAL DA DESTINAÇÃO	R\$ 84.579,94	

Solicito a inclusão das destinações em forma de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 18 de junho de 2024.

Flávia Silva

Vereador

TOTAL DA DESTINAÇÃO

R\$ 169.159,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

Bandeirantes, 03 de novembro de 2025.

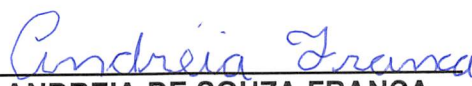
Ilma. Sra.

CLAUDIA JANZ DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Encaminho-lhe para que direcione ao setor competente, documentação necessária para formalizar processo de "REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKAN DE BANDEIRANTES-PR, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA VINCULADA NO EXERCÍCIO DE 2025 CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO," conforme documentos em anexo.

Atenciosamente,


ANDREIA DE SOUZA FRANÇA
Diretora da Divisão de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

Bandeirantes, 03 de novembro de 2025.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para instauração de procedimento para: “REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA VINCULADA NO EXERCÍCIO DE 2025 CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO,”

Esperamos contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima consideração.

Atenciosamente,

CLAUDIA JANZ DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Bandeirantes – Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

Bandeirantes, 03 de novembro de 2025.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: "REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE DE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA VINCULADA NO EXERCÍCIO DE 2025 CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO",

Encaminha-se a:

- 1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;*
- 2. Comissão Agente de Contratação para providencias cabíveis ao caso;*
- 3. Assessoria Jurídica para parecer quanto ao edital, no caso de licitação convencional;*
- 4. Devolva-se para a Comissão Agente de Contratação para sequência do processo.*



JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

761.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 29 de outubro de 2025.


Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB


COMISSÃO DE SELEÇÃO


Despacho:

Para viabilizar a realização do presente objeto, primeiro há que certificar-se da regular dotação orçamentária e disponibilidade de recursos para tal finalidade, devendo manifestar - se o Departamento de Contabilidade e em seguida a Secretaria de Fazenda. Informamos que o objeto: **REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS**, importa em R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais).

Colha-se manifestação


Joyce Ferreira Parpinelli
Comissão de Seleção


Diego Henrique Tozetti
Comissão de Seleção


Fernanda do Carmo da Silveira
Comissão de Seleção



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 29 de outubro de 2025.

Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB

PARECER CONTÁBIL DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

Em atendimento à solicitação emitimos o presente parecer, sobre a disponibilidade orçamentária para abertura de processo para formalização de Termo de Colaboração entre o Município de Bandeirantes, e a entidade ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN.

1 - Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para a presente celebração.

2 - Mas, no entanto, alertamos que a execução do termo só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Para tanto, a dotação para o Processo de INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 é a seguinte:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMÍLIA - EMENDA IMPOSITIVA

3 - Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes observará as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

4 - Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Processo Administrativo, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Bandeirantes, 29 de outubro de 2025.


Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora
CRC-PR-061045/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 29 de outubro de 2025.

Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB

PARECER FINANCEIRO

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

VALOR ESTIMADO: R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais)

RECURSO FINANCEIRO:

Em atendimento a consulta formulada pela Comissão Seleção, informo que:

☒ Há recursos financeiros previstos para o objeto acima especificado para o exercício de 2025 e em cumprimento de suas obrigações societárias e sociais conforme lei federal nº 13.019/2014 e demais alterações, no montante de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais), conforme dotações especificadas no parecer contábil de 29 de outubro de 2025.

☐ Não há recursos financeiros para pagamentos das obrigações.

Para fazer face as despesas acima solicitadas se utilizam a seguinte forma de pagamento fonte de recursos:

☐ à vista.
☒ à prazo.

Origem de Recursos:

☒ Próprios.
☐ Vinculados a convênios.

Bandeirantes-PR, 29 de outubro de 2025.


Ocimara da Silva Marquito
Secretária da Fazenda



808.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 29 de outubro de 2025.

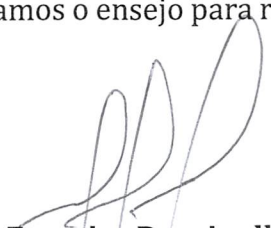
Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB


Prezado Senhor:

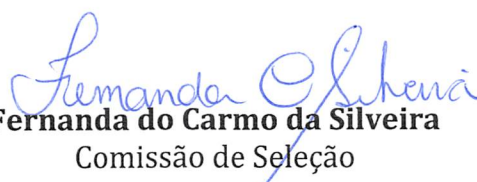
Vimos através do presente, solicitar a esta procuradoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de **REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS**, através do tipo de procedimento em referência, conforme autorizado pelo inciso II do Artigo 31, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Joyce Ferreira Parpinelli
Comissão de Seleção


Diego Henrique Tozetti
Comissão de Seleção


Fernanda do Carmo da Silveira
Comissão de Seleção

À Assessoria Jurídica

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro
CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 80 /2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO NR. 8039/2025

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO nº 80 /2025

TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE DE KARATÊ SHOTOKAN CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014.

Pelo presente TERMO DE COLABORAÇÃO, de um lado o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, abaixo-assinado, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE DE KARATÊ SHOTOKAN**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Claudio dos Santos, Nº 50, Jardim Paraíso, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº **53.592.589/0001-20** neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. Edson Bianco Cândido, residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.012.484-5, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 523.471.929-49, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objetivo **REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS**, e detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar à entidade o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, referente aos recursos indicados nas Emendas Impositiva/2025, no valor total de **R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais)**, nos moldes da Lei 13.19/2014, através do depósito bancário na **conta corrente nº , agência: , do Banco , código do banco nº: em nome da entidade para execução da presente colaboração.**

II - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela entidade em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a entidade na execução das atividades objeto desta Colaboração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

821.

III - Assinalar prazo para que a entidade adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da entidade, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

IV - Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste;

V - Exigir do ENTIDADE a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I – Executar o objeto a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional de Assistência Social vigente;

III – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao atingimento dos objetivos desta Colaboração;

V – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na execução do objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VI – Apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII – Prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;

VIII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX – Apresentar mensalmente, por ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Municipal e Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

X – Apresentar mensalmente até o 5º dia útil do mês Relatório Circunstanciado do atendimento oferecido, conforme roteiro fornecido pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA;

XII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV – Apresentar lista no ato da assinatura da Colaboração, com nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XV - Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregado, hipóteses nas quais o contratado deverá identificá-lo na forma prevista no inciso anterior;

XVI - Efetuar as prestações de contas parciais e final à MUNICÍPIO, na forma estabelecida neste Convênio;

XVII - Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2016 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;

XVIII - Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR;

XIX - Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato à MUNICÍPIO;

XX - Prestar à MUNICÍPIO, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

XXI - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XXII - Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da MUNICÍPIO a inadimplência do ENTIDADE em relação aos referidos pagamentos;

XXIII - Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

XXIV - Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

XXV - Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XXVI - Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;

XXVII - Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio;

XXVIII - Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;

XXIX - Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;

XXX - Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;

XXXI - Solicitar liberação de parcelas estabelecidas no cronograma de desembolso do plano de trabalho, mediante a comprovação de compatibilidade de execução física e financeira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXXII – Restituir os saldos remanescentes ao cedente MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES na conta corrente: 4866-6, agência: 0429-4, do Banco do Brasil em nome do Município sob CNPJ: 76.235.753/0001/48, quando:

- a) Não for executado o objeto deste Convênio;
- b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio
- d) Os saldos remanescentes de sobra de recursos e ou rendimentos;

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela entidade deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:

- I - diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
- II - descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- III - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
- IV – definição dos indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- V - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;
- VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;
- VII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;
- VIII - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;
- IX - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;
- X - prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a entidade propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo 2º - Constarão como anexos do instrumento de parceria:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XI - o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

XII - o regulamento de compras e contratações adotadas pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Fica designado a servidora **Flávia Aline Ferraz**, portadora do CPF/MF nº 056.305.399-22, como fiscal do Convênio, conforme estabelece portaria nº 1.723/2024, de 20 de fevereiro de 2024, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de vistas in loco, material fotográficos e documentos que julgue necessários.

Fica indicado, em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designada, pelo MUNICÍPIO, gestora deste Convênio a Senhora Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família, designada pela portaria nº 14.859/2025, **ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI**, portadora do CPF nº 766.374.769-00, com prerrogativa técnica funcional.

Compete ao fiscal do Convênio, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- a) Ensinar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
- b) Acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
- c) Verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pela ENTIDADE com o efetivamente entregue ou executado;
- d) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
- e) Analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;
- f) Emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
- g) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e
- h) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

Compete ao gestor do Convênio, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- a) Zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;
- b) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;
- c) Controlar os saldos de empenhos do Convênio;
- d) Verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;
- e) Inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e

f) Zelar pelo cumprimento integral do ajuste.

Cumprirá, ainda, ao servidor fiscal, a emissão dos seguintes documentos:

- a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, por ocasião da verificação ou intervenção, descrevendo a ação desenvolvida, a situação na qual se encontra a execução do objeto, as divergências constatadas ao pactuado, os ajustes para saneamento e as eventuais omissões ou inobservâncias do acordado pelo CONVENENTE.
- b) Termo de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos, pelo qual certifica que os equipamentos foram adquiridos conforme previsto, encontrando-se adequadamente instalados e em pleno funcionamento na atividade proposta nas dependências do CONVENENTE ou em outro local informado no Plano de Trabalho.
- c) Termo de Compatibilidade Físico-financeira, na hipótese de o objeto não tenha sido concluído e a proporção executada possibilite a colocação do bem em uso, certificando se o percentual físico executado é compatível ou não com o percentual dos recursos repassados.
- d) Termo de Cumprimento dos Objetivos, quando do cumprimento integral do objeto conveniado

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 3.238/2021 realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data de assinatura e/ou publicação, e com término previsto após a manifestação por escrito do titular da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS

878.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

O valor total estimado da presente Colaboração é **R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais)**, serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, onerando a seguinte rubrica orçamentária da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMILIA - EMENDA IMPOSITIVA

Parágrafo 1º - O repasse será efetuado em parcela única, sendo valor total de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais) em até 30 (trinta) dias úteis, após a publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do MUNICÍPIO e a contrapartida, se houver, do ENTIDADE, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação própria.

A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo ENTIDADE em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificarem prazos menores que um mês.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização do MUNICÍPIO, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, a Entidade se compromete a devolver ao Concedente, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial.

Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo ENTIDADE, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo CONCEDENTE de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo.

A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária.

Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o CONVENIENTE, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA ONZE – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao **MUNICÍPIO**, da seguinte forma:

A ENTIDADE apresentará ao setor responsável pela fiscalização e avaliação a prestação de contas, parcial e anual, de acordo com as instruções da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:

I) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao repasse, devendo conter a documentação comproadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos, conforme descrito no Plano, de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), Relação nominal dos atendidos, sendo estes idosos e/ou crianças e adolescentes, bem como relatório bimestral no Sistema Integrado de Transferência (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II) Prestação de contas anual: deverá ser apresentada até 31 de Janeiro do exercício subsequente, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Município (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade).

Parágrafo 1º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo 2º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo 3º - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

instituição e ao adimplemento do TERMO DE COLABORAÇÃO ou de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA DOZE – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, órgão municipal responsável pela execução Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - Dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionados a termos de colaboração ou a termos de W, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TREZE – DA RESTITUIÇÃO E GLOSA DAS DESPESAS

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I - A inexecução do objeto desta Colaboração;
- II - Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido;
Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;
- III - É vedada a utilização de recursos repassados ao ENTIDADE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência, sem que se proceda a devida adequação.

CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Convênio será rescindido em caso de:

- a) Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
- d) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- e) Danos ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
- f) E nos demais casos previstos em Lei.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a entidade apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do



opf.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo 4º - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES

Durante sua vigência e comprovado o fiel cumprimento das obrigações convencionadas, este instrumento poderá ser alterado ou aditado por proposta da **MUNICÍPIO** ou do **ENTIDADE** em comum ajustada, devidamente justificada e conforme a legislação indicada no preâmbulo, mediante solicitação por escrito apresentada em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias contados do termo da vigência.

I - Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

II - A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.

III - O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela **MUNICÍPIO** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

IV - Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários e de substituição de servidor fiscal e/ou gestor do convênio.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em 03 (três) vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo assinadas.



981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Bandeirantes, de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAELOSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI
Gestora

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN
EDSON BIANO CÂNDIDO
Representante Legal

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 80/2025-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8039/2025- PMB

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 80 / 2025 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN.

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

VALOR: R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMILIA - EMENDA IMPOSITIVA

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI
Gestor

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN
EDSON BIANO CÂNDIDO
Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO Nº. 70/2025.

REFERÊNCIA: Proc. Administrativo nº. 8039/2024. Inexigibilidade de Licitação

INTERESSADO: Comissão de Licitação e Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família.

ASSUNTO: repasse financeiro à Entidade Associação Bandeirantense Karatê Shotokan, referente a recursos oriundos de Emenda Impositiva, destinado à aquisição de equipamentos e materiais esportivos.

I - RELATÓRIO

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação registrado sob o nº. 8039/2025, cujo objeto é o repasse financeiro à Entidade Associação Bandeirantense Karatê Shotokan, referente a recursos oriundos de Emenda Impositiva, destinado à aquisição de equipamentos e materiais esportivos.

Consta no presente certame: solicitação de compra nº 504/2025 com preço total estimado de R\$ 19.936,00 (dezenove mil, novecentos e trinta e seis reais) vinculada à Secretaria de Assistência Social e Políticas para Mulheres; Ofício nº 585/2025 da Sec. Mun. de Assistência Social e Políticas para Mulheres **com justificativa**; Parecer técnico nº 34/2025 com **análise do plano de trabalho; Homologação do parecer técnico pelo Prefeito**; cópia do Plano de trabalho no valor de R\$ 19.936,00; documentos relativos à Associação e orçamentos; documentos da Câmara de Vereadores; solicitação do Diretor da Divisão de Compras e Secretária Municipal de Administração; despacho do Prefeito autorizando o pleito; Parecer contábil favorável de disponibilidade orçamentária; Parecer financeiro informando que há recursos próprios para pagamento a prazo; encaminhamento à Assessoria Jurídica solicitando posicionamento; Minuta do Termo de Colaboração.

É o relatório, passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I – DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

Observados os documentos juntados no processo, verifica-se a existência de uma tabela proveniente da Câmara de Vereados, mediante a qual se tem a destinação de verbas a entidade.

Pode ser objeto de parceria, nos termos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, toda e qualquer atividade de relevância pública e/ou social, que seja voltada à disponibilização de bens ou serviços de interesse público em favor da coletividade em geral, portanto a parceria deverá sempre ter uma finalidade pública, comunitária ou de solidariedade social. Toca ainda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ressaltar que as atividades desempenhadas pelas OSC's se desenvolverão por direito próprio, sem qualquer espécie de delegação estatal, portanto não se confundem com a noção de serviço público próprio, o que dá o tom de publicização ao serviço é justamente sua relevância para a coletividade.

De acordo com a Lei 13.019/2014, quando se tratar de emenda parlamentar as parcerias serão celebradas sem a utilização de chamamento público:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A Lei 13.09/2014 traz situações de dispensa e de inexigibilidade do chamamento público, sendo que as hipóteses de dispensa são tratadas no art. 30 e as de inexigibilidade no art. 31.

Da interpretação do art. 31 da Lei 13.019/2014 é possível afirmar que o fundamento da inexigibilidade de chamamento é a inviabilidade de competição, pelo que também se pode dizer que o art. 29 trata de uma inexigibilidade ao se deparar com uma emenda parlamentar impositiva, vez que **não há opção para a Administração em selecionar entidade distinta daquela que foi eleita pelos signatários da obrigação orçamentária.**

Dito isso, tem-se que, para celebrar termo de colaboração ou de fomento, a entidade beneficiária deve cumprir os requisitos elencados no art. 33 da Lei 13.019/2014:

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IV - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

V - possuir:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;
b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Portanto a Comissão de Seleção deve proceder a verificação da habilitação jurídica, fiscal e técnico-operacional da OSC beneficiária das emendas, destacando-se que no presente caso se teve a juntada do Estatuto da Associação e seus documentos de regularidade.

II.II – DA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

As parcerias que dependam de termo de colaboração ou de termo de fomento para que sejam formalizadas, sujeitam-se ao que dispõem os arts. 35, 35-A e 36 da Lei 13.019/2014, os quais colaciona-se na íntegra:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§ 2º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluem pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 6º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

§ 7º Configurado o impedimento do § 6º, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 35-A. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua:

I - mais de cinco anos de inscrição no CNPJ;

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Parágrafo único. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas;

II - comunicar à administração pública em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 36. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Da leitura do caderno processual, destaca-se que foram observados os requisitos legais.

II.III – DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O Termo de Colaboração é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Denota-se que a Lei nº 13.019/2014 trata também do termo de colaboração, estabelecendo cláusulas necessárias para que haja a legalidade. Vejamos o art. 42:

Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35;

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dívidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Inobstante, tratando-se de verba pública, é recomendável que a minuta de termo de colaboração, contemple o plano de o plano de trabalho aprovado que consta do processo e as normativas do TCE/PR. Neste sentido, procede-se sua análise à luz da Lei 13.019/2014 e da Resolução 28/2011 do TCE/PR:

Cláusulas Essenciais do contrato de repasse/convênio
Identificação completa das partes e seus representantes legais
Identificação e descrição do objeto a ser executado
Obrigações das partes
Metas a serem atingidas
Etapas ou fases de execução
Plano de aplicação dos recursos financeiros
Cronograma de desembolso
Vigência e hipóteses de prorrogação
Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

programadas
Comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador (para obras e serviços de engenharia)
Valores da transferência, em reais (R\$), e da contrapartida, se houver
Indicação da dotação orçamentária completa, a qual se ache vinculada a transferência
Indicação de pessoa responsável pelo acompanhamento e fiscalização do termo de transferência
Forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico
Forma de execução do acompanhamento e da fiscalização, que deverá ocorrer por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios
Definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;
Prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
Obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica
O livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto
Faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias
Indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública
Responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal
Responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução
Constar como anexo do termo de colaboração, o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Dessa forma, verifica-se que a minuta contempla os requisitos mínimos acima apresentados.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se** pela possibilidade de celebração da parceria com a entidade e pela aprovação da minuta, observadas as exigências legais acima descritas.

Importante frisar que é vedado utilizar os recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

A prestação de constas da parceria deverá obedecer às regras do art. 63 e seguintes da Lei nº 13.019/2014.

É o parecer, salvo melhor interpretação.

Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico e com base nos documentos trazidos a análise, não analisando elementos aprofundados de outras áreas que não a do Direito, bem como critério de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art.2º, § 3º da Lei n. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

Carla M. M. dos Santos Augusto
Carla M. M. dos Santos Augusto

OAB/PR nº. 88.156



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB


OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

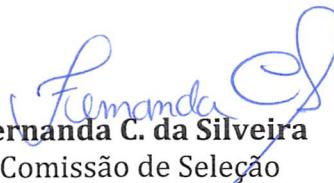
DECISÃO:


A Comissão de Seleção, reunida para analisar o presente procedimento e considerando as características envolvidas, vislumbra a possibilidade de formalizar a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014, especificamente no Artigo 31, inciso II, quanto ao objeto apresentado no plano de trabalho. A caracterização dessa possibilidade está devidamente comprovada por diversos documentos que acompanham este processo. Dessa forma, encaminha-se o presente caso ao Senhor Gestor, para que este proceda com a devida ratificação do processo ou, se necessário, com a não ratificação, e, conseqüentemente, a futura celebração do termo de colaboração.

Destaca-se que, a análise realizada, foi restrita às funções atribuídas pela lei a Comissão, quais sejam: receber, examinar e julgar, com relação a validade, todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento das entidades, elaboração do Termo de Colaboração ou fomento, dar publicidade e transparência ao procedimento. Estando excluídos os pontos aspectos técnicos, e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que, considerando a justificativa apresentada, a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

COMISSÃO DE SELEÇÃO:


Joyce Ferreira Parpinelli
Comissão de Seleção


Fernanda C. da Silveira
Comissão de Seleção


Diego Henrique Tozetti
Comissão de Seleção



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO Nº 8031/2025 – PELA LEI Nº 13.019/2014**

Ratifico o ato da Comissão de Seleção, nomeada através da Portaria nº 1.974/2025, de 10 de janeiro de 2025, que declarou inexigível a licitação, com fundamento Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, a favor de:

ACAUEM- ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	01	REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.	R\$ 19.936,00

Para REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS, no valor total de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais), face ao disposto no Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.


JAEISON RAMALHO MATT
Prefeito Municipal



991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

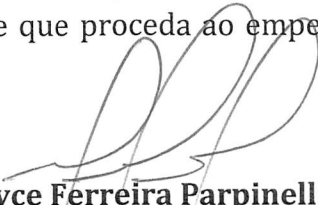
Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 8031/2025 –
PELA LEI 13.019/2014

AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Informamos que o processo de **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 nº 8031/2025**, para **OBJETO REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS**, já se encontra com todos os procedimentos preliminares à contratações concluídas, arquivados em boa ordem no departamento de compras, devidamente instruídos com todos os procedimentos legais. Sendo, portanto, solicitado ao Departamento de Finanças – Setor de Contabilidade que proceda ao empenho, para que se dê continuidade no processo de contratação.


Joyce Ferreira Parpinelli
Comissão de Seleção

Autorizo ao Departamento de Contabilidade, que proceda ao Empenho.


JAEISON RAMALHO MATTa
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Edição nº 1202
Ano 2025
Página 15 de
116

2009

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Terça-feira, 11 de Novembro de 2025

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

PLANEJAMENTO

LDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 08039/2025-PMB

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

Ref.: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI 13.019/2014 – PMB

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 8031/2025 – PELA LEI Nº 13.019/2014

Ratifico o ato da Comissão de Seleção, nomeada através da Portaria nº 1.974/2025, de 10 de janeiro de 2025, que declarou inexigível a licitação, com fundamento Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, a favor de:

ACAUEM- ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	01	REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.	R\$ 19.936,00

Para REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS, no valor total de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais), face ao disposto no Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Bandeirantes, 11 de novembro de 2025.

JAELOSON RAMALHO MATTIA
Prefeito Municipal

Rua Frei Rafael Proner 1457 Cx. Postal 281 CEP 86360000 Tel. 3542-4525
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001
Garantimos a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Contratado: (I) Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0429-4 - BANDEIRANTES (PR), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0429-43, (II) Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada Pouplex, por intermédio do Banco do Brasil S.A..

Proponente/Contratante: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS, CNPJ n.º 53.592.589/0001-20, ACADEMIA DE DANCA, ESPORTE, GINASTICA E OUTRAS, sediada à R CLAUDIO DOS SANTOS , 50, CEP 86.360-000, telefone(s) (43) 99975-7321.

Dirigente(s)

Nome	CPF
RAFAEL APARECIDO PINTO	079.412.339-24
EDSON BIANO CANDIDO	523.471.929-49

Dados da conta

Agência 0429-4, Conta-Corrente n.º 31.996-1, Poupança Ouro n.º 510.031.996-4 e Poupança Pouplex n.º 960.031.996-6 abertas em 26/05/2025.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações



sobre o tratamento de seus dados pessoais, na forma estabelecida na LGPD.

Os dados pessoais fornecidos pelo(s) **Dirigente(s)** às empresas que atuam como Correspondente Bancário do BANCO DO BRASIL S.A. ou por este contratadas/conveniadas terão o tratamento de acordo com as determinações da LGPD e serão encaminhados ao BANCO DO BRASIL, para possibilitar as tratativas necessárias à abertura de conta decorrente desta Proposta/Contrato.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que as informações acerca das atividades de tratamento de dados pessoais pelo BANCO DO BRASIL S.A. e a forma de requerer o acesso aos direitos encontram-se declaradas em sua Política de Privacidade, cujo inteiro teor está disponível no site bb.com.br/privacidade.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(am) estar ciente(s) ainda que o BANCO DO BRASIL S.A., mesmo depois de encerrado a(o) presente Proposta/Contrato, manterá seus dados pessoais arquivados para o cumprimento de obrigação legal e regulatória, sob estreita proteção e segurança de acessos.

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado ACEITA** a abertura de conta(s)-corrente(s) e/ou conta(s) de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 01036694, em 11/06/2024, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia foi previamente disponibilizada ao Proponente/Contratante por meio de email ou via física e, a partir do ato da assinatura deste instrumento, estará disponível para consulta, a qualquer tempo, no sítio do Banco do Brasil na internet (www.bb.com.br), na opção autoatendimento, e/ou no aplicativo do Banco do Brasil no celular.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na(s) conta(s)-corrente(s) ora aberta(s) e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na(s) conta(s)-corrente(s) e/ou na(s) conta(s) de Poupança Ouro e/ou Pouplex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito desta Proposta/Contrato, o Contratado coloca à disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Relacionamento do Banco do Brasil - CRBB 4004-0001* ou 0800-729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800-729-0722, para Deficientes Auditivos 0800-729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800-729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800-729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar



**Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e
Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex
Pessoa Jurídica**

em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais:
bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

BANDEIRANTES (PR), 12/11/2025

Contratado

Diretoria de Soluções em Meios de Pagamentos e
Serviços


Pedro Bramont
Diretor

Proponente/Contratante


Razão Social: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS
CNPJ: 53.592.589/0001-20





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 8031/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO NR. 8039/2025

DO TERMO DE COLABORAÇÃO nº 8032/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE DE KARATÊ SHOTOKAN CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014.

Pelo presente TERMO DE COLABORAÇÃO, de um lado o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, abaixo-assinado, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTESE DE KARATÊ SHOTOKAN**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Claudio dos Santos, Nº 50, Jardim Paraíso, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 53.592.589/0001-20 neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. Edson Bianco Cândido, residente e domiciliado nesta cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.012.484-5, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 523.471.929-49, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objetivo **REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS**, e detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Efetuar à entidade o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, referente aos recursos indicados nas Emendas Impositiva/2025, no valor total de **R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais)**, nos moldes da Lei 13.19/2014, através do depósito bancário na **conta corrente nº 31.996-1, agência:0429-4, do Banco do Brasil, código do banco nº:001 em nome da entidade para execução da presente colaboração.**

II - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela entidade em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a entidade na execução das atividades objeto desta Colaboração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III - Assinalar prazo para que a entidade adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da entidade, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

IV - Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste;

V - Exigir do ENTIDADE a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Executar o objeto a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

II - Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional de Assistência Social vigente;

III - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;

IV - Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao atingimento dos objetivos desta Colaboração;

V - Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na execução do objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VI - Apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII - Prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;

VIII - Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX - Apresentar mensalmente, por ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Municipal e Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

X - Apresentar mensalmente até o 5º dia útil do mês Relatório Circunstanciado do atendimento oferecido, conforme roteiro fornecido pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA;

XII - Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII - Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV - Apresentar lista no ato da assinatura da Colaboração, com nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- XV - Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregado, hipóteses nas quais o contratado deverá identificá-lo na forma prevista no inciso anterior;
- XVI - Efetuar as prestações de contas parciais e final à MUNICÍPIO, na forma estabelecida neste Convênio;
- XVII - Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2016 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;
- XVIII - Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR;
- XIX - Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato à MUNICÍPIO;
- XX - Prestar à MUNICÍPIO, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;
- XXI - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- XXII - Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da MUNICÍPIO a inadimplência do ENTIDADE em relação aos referidos pagamentos;
- XXIII - Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;
- XXIV - Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;
- XXV - Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- XXVI - Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;
- XXVII - Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio;
- XXVIII - Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;
- XXIX - Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;
- XXX - Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;
- XXXI - Solicitar liberação de parcelas estabelecidas no cronograma de desembolso do plano de trabalho, mediante a comprovação de compatibilidade de execução física e financeira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XXXII - Restituir os saldos remanescentes ao cedente MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES na conta corrente: 4866-6, agência: 0429-4, do Banco do Brasil em nome do Município sob CNPJ: 76.235.753/0001/48, quando:

- a) Não for executado o objeto deste Convênio;
- b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio
- d) Os saldos remanescentes de sobra de recursos e ou rendimentos;

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela entidade deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:

I - diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II - descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV - definição dos indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X - prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a entidade propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo 2º - Constarão como anexos do instrumento de parceria:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- XI - o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;
- XII - o regulamento de compras e contratações adotadas pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Fica designado a servidora **Flávia Aline Ferraz**, portadora do CPF/MF nº 056.305.399-22, como fiscal do Convênio, conforme estabelece portaria nº 1.723/2024, de 20 de fevereiro de 2024, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de vistas in loco, material fotográficos e documentos que julgue necessários.

Fica indicado, em cumprimento do disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designada, pelo MUNICÍPIO, gestora deste Convênio a Senhora Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família, designada pela portaria nº 14.859/2025, **ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI**, portadora do CPF nº 766.374.769-00, com prerrogativa técnica funcional.

Compete ao fiscal do Convênio, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- Ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
- Acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
- Verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pela ENTIDADE com o efetivamente entregue ou executado;
- Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
- Analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;
- Emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e
- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

Compete ao gestor do Convênio, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

- Zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;
- Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;
- Controlar os saldos de empenhos do Convênio;
- Verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;
- Inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e

f) Zelar pelo cumprimento integral do ajuste.

Cumprirá, ainda, ao servidor fiscal, a emissão dos seguintes documentos:

- a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, por ocasião da verificação ou intervenção, descrevendo a ação desenvolvida, a situação na qual se encontra a execução do objeto, as divergências constatadas ao pactuado, os ajustes para saneamento e as eventuais omissões ou inobservâncias do acordado pelo CONVENIENTE.
- b) Termo de Instalação e de Funcionamento de Equipamentos, pelo qual certifica que os equipamentos foram adquiridos conforme previsto, encontrando-se adequadamente instalados e em pleno funcionamento na atividade proposta nas dependências do CONVENIENTE ou em outro local informado no Plano de Trabalho.
- c) Termo de Compatibilidade Físico-financeira, na hipótese de o objeto não tenha sido concluído e a proporção executada possibilite a colocação do bem em uso, certificando se o percentual físico executado é compatível ou não com o percentual dos recursos repassados.
- d) Termo de Cumprimento dos Objetivos, quando do cumprimento integral do objeto conveniado

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 3.238/2021 realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de assinatura e/ou publicação, e com término previsto após a manifestação por escrito do titular da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS

Rua Frei Rafael Proner 1457 Cx. Postal 281 CEP 86360000 Tel. 3542-4525
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

O valor total estimado da presente Colaboração é **R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais)**, serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, onerando a seguinte rubrica orçamentária da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMILIA - EMENDA IMPOSITIVA

Parágrafo 1º - O repasse será efetuado em parcela única, sendo valor total de R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais) em até 30 (trinta) dias úteis, após a publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do MUNICÍPIO e a contrapartida, se houver, do ENTIDADE, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação própria.

A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo ENTIDADE em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificarem prazos menores que um mês.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização do MUNICÍPIO, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, a Entidade se compromete a devolver ao Concedente, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial.

Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo ENTIDADE, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo CONCEDENTE de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo.

A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária.

Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o CONVENIENTE, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA ONZE - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao **MUNICÍPIO**, da seguinte forma:

A ENTIDADE apresentará ao setor responsável pela fiscalização e avaliação a prestação de contas, parcial e anual, de acordo com as instruções da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:

I) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos, conforme descrito no Plano, de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) - (CNDT) e FGTS (CRF), Relação nominal dos atendidos, sendo estes idosos e/ou crianças e adolescentes, bem como relatório bimestral no Sistema Integrado de Transferência (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II) Prestação de contas anual: deverá ser apresentada até 31 de Janeiro do exercício subsequente, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Município (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade).

Parágrafo 1º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo 2º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo 3º - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

instituição e ao adimplemento do TERMO DE COLABORAÇÃO ou de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA DOZE - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, órgão municipal responsável pela execução Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - Dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionados a termos de colaboração ou a termos de W, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TREZE - DA RESTITUIÇÃO E GLOSA DAS DESPESAS

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I - A inexecução do objeto desta Colaboração;

II - Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido;

Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

III - É vedada a utilização de recursos repassados ao ENTIDADE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência, sem que se proceda a devida adequação.

CLÁUSULA QUATORZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Convênio será rescindido em caso de:

- a) Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
- d) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- e) Danos ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;
- f) E nos demais casos previstos em Lei.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a entidade apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo 4º - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES

Durante sua vigência e comprovado o fiel cumprimento das obrigações convencionadas, este instrumento poderá ser alterado ou aditado por proposta da **MUNICÍPIO** ou do ENTIDADE em comum ajustada, devidamente justificada e conforme a legislação indicada no preâmbulo, mediante solicitação por escrito apresentada em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias contados do termo da vigência.

I - Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

II - A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.

III - O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela **MUNICÍPIO** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

IV - Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários e de substituição de servidor fiscal e/ou gestor do convênio.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em 03 (três) vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo assinadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

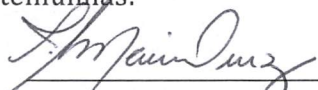
Bandeirantes/PR, 12 de novembro de 2025.

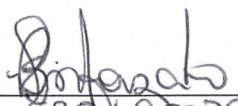

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAEISON RAMALHO MATTÁ
Prefeito Municipal


SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI
Gestora


ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN
EDSON BIANO CÂNDIDO
Representante Legal

Testemunhas:


10.824.139-0


53548907972



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 8032/2025-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8039/2025- PMB

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 8031 / 2025 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN.

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.


VALOR: R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais).


DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMÍLIA - EMENDA IMPOSITIVA

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, 12 de novembro de 2025.


MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAEISON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal


SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI
Gestor


ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN
EDSON BIANO CÂNDIDO
Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Edição nº 1205
Ano 2025
Página 16 de
17

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Quinta-feira, 13 de Novembro de 2025

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

PLANEJAMENTO

TERMO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 8032/2025-PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8039/2025- PMB

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 8031 / 2025 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN.

OBJETO: REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN, REFERENTE A RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS ESPORTIVOS.

VALOR: R\$ 19.936,00 (dezenove mil novecentos e trinta e seis reais).

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	261/0000	261 - 09.001.08.244.0801.2059.3.3.50.43.00	MANUT. DA SECRET DE AÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS DE FAMÍLIA - EMENDA IMPOSITIVA

PRazo DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, 12 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAELOS RAMALHO MATTÁ
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ROSANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI
Gestor

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATÊ SHOTOKAN
EDSON BIANO CÂNDIDO
Representante Legal

Rua Frei Rafael Proner 1457 Cx. Postal 281 CEP 86360000 Tel. 3542-4525
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.592.589/0001-20
Razão Social: ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS
Endereço: RUA CLAUDIO DOS SANTOS 50 / JARDIM PARAISO / BANDEIRANTES / PR / 86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/11/2025 a 20/12/2025

Certificação Número: 2025112111106409330518

Informação obtida em 03/12/2025 09:53:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ASSOCIAÇÃO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS CNPJ: 53592589000120

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CW XK15IBDJCZNBG1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.bandeirantes.pr.gov.br>

Bandeirantes (PR), 01 de Dezembro de 2025



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS

CNPJ Nº: 53.592.589/0001-20

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **ASSOCIACAO BANDEIRANTENSE KARATE SHOTOKAN - ABKS** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 01/02/2026, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do
Paraná

Código de controle 2472.ONTA.9689
Emitida em 03/12/2025 às 10:11:17

Dados transmitidos de forma segura.